

PIB GLOBAL



Reuters

O FMI REVISOU LEVEMENTE PARA CIMA SUA EXPECTATIVA PARA O CRESCIMENTO DO PIB GLOBAL NESTE ANO, DE 3,1% A 3,2%, em seu mais recente relatório Perspectivas da Economia Mundial. No caso dos Estados Unidos, o Fundo elevou sua expectativa de alta do PIB neste ano de modo mais robusto, de 2,1% a 2,7%. Para 2025, mudou a projeção de avanço da economia americana de 1,7% a 1,9%. Já para a zona do euro houve revisão em baixa, de alta de 0,9% em janeiro para avanço de 0,8% neste ano, na projeção mais recente, e previsão de crescimento de 1,5% em 2025 (de 1,7% anteriormente). O FMI afirma que os riscos à perspectiva global "têm diminuído desde outubro de 2023", o que leva a um cenário mais equilibrado. Entre os riscos de baixa, o FMI menciona a possibilidade de novos saltos em preços de commodities globais. **PÁGINA 5**

"A grande trava em relação às despesas não está na meta fiscal"

Governo perseguirá déficit zero em 2025

Tebet disse que o primeiro ano da administração do governo teve como foco o aumento de receita, em vista da necessidade de retomada de alguns programas sociais

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, garantiu na terça-feira, 16, que o Brasil vai buscar o déficit zero no ano que vem, apesar da banda inferior da meta de resultado primário garantir a possibilidade de um déficit de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) nas contas públicas em 2025. "Queremos garantir que o Brasil nunca mais gaste além do que arrecada", reforçou. Ela disse, no entanto, que esse ajuste apenas pelo lado da receita está "se esgotando" e que o foco do seu ministério para 2024 e 2025 é o de atacar gastos ineficientes. "O ano passado foi de con-

tactar fraudes e erros em programas do governo", disse Tebet. A ministra ainda pontuou que o Congresso Nacional tem sido "parceiro" do governo federal por essa busca pelo reequilíbrio fiscal, "apesar de alguns senões". "Democracia é isso, o Executivo apresenta um projeto e não necessariamente o Congresso e o Legislativo acham que é o ideal e faz ajustes." Simone Tebet afirmou ainda que a equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem objetivos e foco, sabe onde quer chegar e a forma como chegará. Tebet defendeu que o momento não é de criação de novos gastos, e sim de tornar os atuais eficientes. **PÁGINA 2**

FIESP

Diana Mondino defende mudanças no Mercosul

A ministra de Relações Exteriores de Javier Milei, Diana Mondino, se reuniu com representantes do setor empresarial brasileiro e voltou a afirmar que o governo argentino não defende a ruptura de relações ou o fim do Mercosul. "Não é verdade que se tenha falado em acabar com o Mercosul e cortar relações com o Brasil. O que se diz é uma modernização, um choque de adrenalina". **PÁGINA 6**

RODOVIAS

Consórcio Novo Litoral vence leilão em São Paulo

Consórcio Novo Litoral venceu o leilão na terça-feira, 16, na B3, em São Paulo, e assumiu a concessão de 213,5 quilômetros de rodovias paulistas. O lote abrange trechos das rodovias Padre Manoel da Nóbrega (SP-055), Mogi-Dutra (SP-088) e Mogi-Bertioga (SP-098). As estradas atendem cidades com praias na Baixada Santista e litoral sul, além de municípios com vocação turística. **PÁGINA 8**

Francisco Cepeda - Governo do Estado de SP



SAIDINHA

Lula manteve linhas básicas de restrição

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, disse que o presidente Lula manteve as linhas básicas estabelecidas pelo Congresso no projeto de lei que restringe às saídas temporárias de presos, a chamada saidinha. **PÁGINA 7**

FRITURA

Nísia garante que não vai desistir do cargo

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, afirmou que não desistirá do trabalho na pasta. "Eu me sinto honrada por ocupar esse ministério, não há nenhuma hipótese de eu desistir desse trabalho." Nísia tem sido alvo de fritura dentro e fora do governo. **PÁGINA 7**

STARTUPS

Web Summit Rio bate recorde de participantes

O Web Summit Rio recebeu um recorde de 45% de startups fundadas por mulheres em seu programa de startups no segundo evento anual no Rio de Janeiro. Esta é a maior proporção de startups fundadas por mulheres em qualquer evento do Web Summit em sua lista global, e é mais que o dobro da proporção que houve no Web Summit Rio 2023. **PÁGINA 8**

IBOVESPA 124.388,62 ↓ -0,75%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
EZTEC ON NM	14.23	+2,97%	+0,41
MRV ON NM	6.56	+2,34%	+0,15
WEG ON NM	38.77	+3,00%	+1,13
LOJAS RENNERTON NM	16.08	+1,39%	+0,22
EMBRAER ON NM	31.76	+1,08%	+0,34

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
ASSAI ON NM	13.000	-5,32%	-0,730
ALPARGATAS PN N1	8.46	-5,05%	-0,45
LWSA ON NM	4.85	-4,34%	-0,22
CARREFOUR BRON NM	11.51	-4,40%	-0,53
DEXCO ON NM	7.18	-4,01%	-0,30

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON NM	61.44	-0,89%	-0,55
PETROBRAS PN N2	39.49	+0,46%	+0,18
ITAUNIBANCO PN N1	31.67	-0,75%	-0,24
BRASIL ON EB NM	27.91	-1,13%	-0,32
LOCALIZA ON NM	50.07	-1,01%	-0,51

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	37.798,97	+0,17%
S&P 500	5.051,41	-0,21%
NASDAQ	15.865,25	-0,12%
DAX 30	17.766,23	-1,44%
FTSE 100	7.820,36	-1,82%
IBEX 35	10.526,90	-1,50%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,269	5,270	↑ 1,64%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,006	0,006	↑ 1,59%

EURO

COMPRA	VENDA	%
5,596	5,597	↑ 1,60%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,547	6,551	↑ 1,55%

OURO

BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R\$ 408,21	2.385,53

IMPULSO FISCAL

FMI eleva para 3,2% a projeção de alta do PIB global em 2024

O Fundo afirmou em seu relatório que os riscos à perspectiva global têm diminuído desde outubro de 2023, o que leva a um cenário mais equilibrado entre os possíveis resultados de crescimento

O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou levemente para cima sua expectativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) global neste ano, de 3,1% a 3,2%, em seu mais recente relatório Perspectivas da Economia Mundial, publicado na terça-feira, 16. Para 2025, ele manteve a previsão de avanço também de 3,2%, como constava na projeção anterior deste relatório, de janeiro.

No caso dos Estados Unidos, o Fundo elevou sua expectativa de alta do PIB neste ano de modo mais robusto, de 2,1% a 2,7%. Para 2025, mudou a projeção de avanço da economia americana de 1,7% a 1,9%.

Já para a zona do euro houve revisão em baixa, de alta de 0,9% em janeiro para avanço de 0,8% neste ano, na projeção mais recente, e previsão de crescimento de 1,5% em 2025 (de 1,7% anteriormente).

Apenas na Alemanha, o FMI espera agora avanços de apenas 0,2% no PIB neste ano e de 1,3% em 2025, cortes de 0,3 ponto percentual nos dois casos. Para o Reino Unido, espera alta de 0,5% em 2024 e de 1,5% em 2025, reduções de 0,1 ponto percentual nos dois anos.

Já no caso da China, o Fundo manteve suas expectativas de crescimento de 4,6% neste ano e de 4,1% no próximo. Para a Índia, ele espera agora avanço de 6,8% no PIB deste ano (alta de 0,3 ponto percentual ante a expectativa de janeiro) e de 6,5% no próximo, neste caso com manutenção do número anterior.

Em relação à economia da Rússia, o FMI revisou em alta sua projeção para este ano, de 2,8% a 3,1%, e também a de 2025, de 2,5% a 2,8% neste caso.

O FMI afirma em seu relatório que os riscos à perspectiva global "têm diminuído desde outubro de 2023", o que leva a um cenário mais equilibrado entre os possíveis resultados em relação à projeção do cenário-base para o crescimento global.

Com as pressões inflacionárias caindo mais rápido que o esperado em muitos países, há espaço para surpresas favoráveis, mas também existem riscos que podem se materializar, adverte.

Entre os riscos de baixa, o FMI menciona a possibilidade de novos saltos em preços de commodities globais, em meio a conflitos regionais; a inflação persistente e estresses financeiros; uma perda de impulso na recuperação da China; um ajuste fiscal excessivo e estresses nas dívidas; e desconfiança sobre o impulso de governos em realizar reformas.

Já como fatores que podem ajudar a permitir um maior crescimento, ele cita impulso fiscal de curto prazo no contexto de eleições; surpresas para cima do lado da oferta, que permitiriam relaxamento monetário mais rápido; impulsos à produ-



Exportações: a inflação ao consumidor global deve desacelerar, de uma média anual de alta de 6,8% em 2023 a um avanço de 5,9% em 2024 e de 4,5% em 2025

RESTRICÇÕES

Fundo prevê alta de 2,2% do PIB brasileiro em 2024

O Fundo Monetário Internacional (FMI) continua mostrando maior otimismo com a economia brasileira neste ano. O organismo acaba de elevar novamente a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) do País para 2,2% neste ano contra estimativa anterior de alta de 1,7%, conforme o relatório Perspectiva Econômica Mundial (WEO, na sigla em inglês), publicado na terça-feira, 16. No ano passado, a economia brasileira cresceu 2,9%.

"No Brasil, espera-se que o crescimento modere para 2,2% em 2024, devido à consolidação fiscal, aos efeitos defasados da política monetária ainda restritiva e a uma menor contribuição da agricultura", diz o Fundo, no relatório.

No ritmo projetado pelo FMI, o Brasil deve apresentar expansão acima da região da América Latina e do Caribe, cuja estimativa aponta expansão de 2% em 2024.

Ficará aquém, contudo, do avanço esperado para as economias emergentes e em desenvolvimento e do crescimento econômico global neste ano, de

4,2% e 3,2%, respectivamente, conforme as novas projeções do Fundo.

Para 2025, o FMI também melhorou a sua estimativa e agora vê alta de 2,1% do PIB do Brasil contra previsão anterior de aumento de 1,9%. Ainda assim, o cenário traçado pela organização, com sede em Washington DC, nos Estados Unidos, é de desaceleração da maior economia da América Latina.

Quanto à inflação, o FMI prevê contínua melhora dos preços. O Fundo espera que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fique em 4,1% em 2024 e 3,0% no ano seguinte. Em 2023, o indicador ficou em 4,6%.

Já o índice de desemprego no Brasil deve se manter estável em 8% neste ano e se reduzir para 7,9% em 2025.

Sobre a política monetária, o FMI destaca que o Brasil e outros países latinos como o Chile se anteciparam à alta de juros e, portanto, estão conseguindo cortar as taxas mais cedo que os países desenvolvidos. "Os bancos centrais que aumentaram as taxas diretoras anteriormente, incluindo os do Brasil e do

Chile, já as reduziram substancialmente desde o segundo semestre de 2023", avalia o Fundo.

Apesar disso, gráfico publicado pelo organismo no WEO mostra que os juros no Brasil seguem mais altos do que no resto do mundo, como aqueles praticados em outras economias emergentes e em desenvolvimento e em países ricos como os Estados Unidos e da zona do euro.

O FMI alerta para o risco de uma piora nas tensões geopolíticas restringirem ainda mais as condições financeiras globais e causarem uma fuga de capitais de mercados emergentes, o que inclui o Brasil.

No fim de semana, o Irã atacou Israel e elevou a preocupação da comunidade internacional com a escalada dos conflitos no Oriente Médio. O foco dos mercados é saber agora como o governo israelense vai responder em meio aos pedidos de países aliados como, por exemplo, os EUA, para que a guerra não se escale ainda mais.

"Se as condições financeiras globais se tornarem mais restritivas, poderão surgir pressões de saída de capitais nos mercados emergentes, colocando as moedas e outros ativos sob pressão de baixa", diz Tobias Adrian, diretor do Departamento de Mercado Monetário e de Capitais do FMI e um dos autores do estudo.

tividade pela inteligência artificial; e maior impulso em reformas estruturais.

A inflação ao consumidor global deve desacelerar, de uma média anual de alta de 6,8% em 2023 a um avanço de 5,9% em 2024 e de 4,5% em 2025, afirma o Fundo Monetário Internacional no relatório. No documento, o FMI diz que o recuo ocorrerá mais rápido nas economias avançadas em 2024, enquanto em mercados emergentes e economias em desenvolvimento a maior perda de fôlego será vista apenas em 2025.

Para o ano atual, a perspectiva para a inflação global teve revisão em leve alta, de 5,8% em janeiro a 5,9% agora.

Com isso, as economias

avançadas devem retornar mais rápido aos níveis de inflação vistos no pré-pandemia, entre 2017 e 2019, com média de 2,0% em 2025, "cerca de um ano antes dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento". Além disso, a média destes países é de quase 5,0%, recorda o Fundo.

Ao mesmo tempo, há muitas diferenças dentro desse grupo de emergentes, diz o Fundo, que menciona a expectativa de inflação mais forte na Turquia, por exemplo.

A queda na inflação global em 2024 reflete um declínio de base ampla na inflação de bens, diz o Fundo.

Já olhando para o núcleo da inflação, que exclui itens volá-

teis como alimentos e energia, o FMI diz que o recuo também deve ocorrer mais rápido nas economias avançadas.

Ele também afirma esperar que essas economias avançadas cheguem mais rápido às metas de inflação de seus bancos centrais, nesse contexto.

O Fundo Monetário Internacional acredita que um aperto nas políticas fiscais deve ocorrer no mundo, com o objetivo de conter os altos níveis de dívida dos governos. Com impostos mais altos e menos gastos dos governos, o quadro deve pesar no crescimento, antecipa o Fundo, em seu relatório.

Segundo o FMI, as relações entre dívida e PIB tiveram forte alta durante a pandemia e per-

maneceram elevadas, enquanto grandes déficits orçamentários continuam a elevar o peso da dívida em muitas economias.

O pagamento de juros sobre a dívida também tem aumentado como parcela das receitas do governo, o que afeta investimentos que poderiam gerar crescimento, avalia. Nos países de renda baixa, o pagamento de juros deve custar em média 14,3% da receita geral dos governos, cerca de o dobro do nível de 15 anos atrás, compara.

Com o objetivo de reconstruir espaço orçamentário de manobra e conter a trajetória crescente da dívida, a política fiscal deve ficar mais apertada em 2024 e depois disso em várias economias avançadas e em-

gentes, diz o Fundo, o que deve pesar no crescimento no curto prazo.

Nas economias avançadas, o FMI acredita que deve haver um aperto na política fiscal em 2024 e, em menor medida, em 2025 e 2026. Já entre os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento, a postura fiscal projetada deve ser "na média, em geral neutra" no ano atual, mas com aperto de cerca de 0,2 pontos percentuais projetado para 2025. O México aparece como exceção neste ano, com perspectiva de mais gasto fiscal em ano de eleições gerais, mas perspectiva de aperto nesses gastos em 2025, e outros países com eleições no ano atual podem ter movimento similar, diz.

O quadro fiscal da China também é citado no relatório. O FMI acredita que Pequim pode recorrer a medidas fiscais, entre elas financiamento para moradias inacabadas a apoio a famílias vulneráveis, para apoiar a demanda e conter riscos de deflação.

Sobre o mundo em geral, o Fundo adverte para o risco de que uma consolidação fiscal excessiva, com altas de impostos e cortes de gastos além do hoje previsto, poderia resultar em crescimento mais fraco e reduzir o ímpeto por reformas. "Países sem um plano de consolidação digno de crédito no médio prazo poderiam enfrentar reações adversas do mercado ou riscos elevados de estresse na dívida que forcem um ajuste duro", afirma.

O FMI defende, de qualquer modo, um foco renovado em implementar medidas de consolidação fiscal de médio prazo, a fim de reconstruir margem para manobras orçamentárias e prioridades de investimento e garantir a sustentabilidade da dívida.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) piorou as previsões para o desempenho do comércio global este ano e no próximo, diante do quadro de fragmentação dos fluxos em meio a crescentes divisões geopolíticas. O órgão projeta que o comércio de bens e serviços no mundo registrará expansão de 3,0% em 2024, uma redução de 0,3 ponto percentual em relação à estimativa anterior. Para 2025, houve um corte na perspectiva de igual indicador na mesma magnitude, para 3,3%.

A instituição espera que a proporção do comércio global para o Produto Interno Bruto (PIB) ficará em uma média de 57% nos próximos cinco anos. A expectativa é de que, no médio prazo, o crescimento das trocas comerciais permaneça em 3,9%, abaixo da tendência histórica, de 4,9%.

O FMI também alerta para os riscos associados à fragmentação, isto é, a divisão do comércio em blocos de países diferentes e, muitas vezes, rivais. O fenômeno já está em curso e pode afetar o crescimento econômico global, de acordo com o Fundo.

Diário DC Comercial

Propriedade de Editora Diário Comercial Ltda

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTASDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASILIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

META FISCAL

Tebet garante que governo vai perseguir o déficit zero em 2025

A ministra reconheceu que o ajuste feito pelo governo em 2023 apenas pelo lado da receita está se exaurindo e que o foco do seu ministério para 2024 e 2025 é o de atacar as despesas ineficientes

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, garantiu na terça-feira, 16, que o Brasil vai buscar o déficit zero no ano que vem, apesar da banda inferior da meta de resultado primário garantir a possibilidade de um déficit de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) nas contas públicas em 2025. "Queremos garantir que o Brasil nunca mais gaste além do que arrecada", reforçou.

Na avaliação de Tebet, o primeiro ano da administração do governo federal teve como foco o aumento de receita, em vista da necessidade de retomada de alguns programas sociais que, segundo ela, foram descontinuados pela antiga administração.

"Foco do primeiro ano foi a receita, fomos cobrar de quem não era cobrado e garantir justiça tributária pelo lado da receita", frisou a ministra.

Ela reforçou, no entanto, que esse ajuste apenas pelo lado da receita está "se exaurindo" e que o foco do seu ministério para 2024 e 2025 é o de atacar gastos ineficientes. "O ano passado foi de contactar fraudes e erros em programas do governo", disse Tebet.

A ministra ainda pontuou que o Congresso Nacional tem sido "parceiro" do governo federal por essa busca pelo reequilíbrio fiscal, "apesar de alguns senões". "Democracia é isso, o Executivo apresenta um projeto e não necessariamente o Congresso e o Legislativo acham que é o ideal e faz ajustes."

Simone Tebet afirmou ainda que a equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem objetivos e foco, sabe onde quer chegar e a forma como chegar. Tebet defendeu que o momento não é de criação de novos gastos, e sim de tornar os atuais eficientes.

"Nas duas últimas reuniões presenciais, Lula foi categórico: chega de inventar políticas públicas, vamos entregar da forma mais eficiente as políticas que já foram lançadas pelo governo", disse. "Pior do que gastar muito é gastar mal o dinheiro público", emendou.

A ministra afirmou que há diálogo constante com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para conseguir uma política fiscal equilibrada, de modo que não sufoque a economia e o crescimento, mas com a manutenção do cuidado com a responsabilidade fiscal.

A ministra defendeu que a mudança da meta de resultado primário pelo governo federal não muda a sustentabilidade do novo arcabouço fiscal, que segue tendo como "grande núcleo" de funcionamento a vinculação do crescimento das despesas a uma proporção de até 70% da expansão na receita.

"A grande trava em relação às despesas não está na meta, que aliás, nem está no arcabouço, está na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que enviamos ao Congresso", disse a ministra. "O núcleo do arcabouço, e que não temos intenção de mudar, é que a despesa vai crescer até 70% do aumento da receita e no máximo 2,5% ao ano", acrescentou.

Na avaliação de Tebet isso faz com que, mesmo em um cenário de mudança de meta fiscal, a sustentabilidade da



Valter Campanato - Agência Brasil

Simone Tebet afirmou que há diálogo constante com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para conseguir uma política fiscal equilibrada, de modo que não sufoque a economia

TRAVAS

Ministra reitera que governo não mudará lei do arcabouço

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, voltou a defender na terça-feira, que a mudança das metas fiscais a partir de 2025 não significam uma alteração da lei do novo arcabouço fiscal. Ela reforçou que "não passa pela cabeça" da equipe econômica alterar o que ela considera como "as duas travas principais" e o "mantimento" do arcabouço: as definições de que o governo poderá aumentar os gastos na proporção de até 70% do crescimento das receitas, mas desde que seja respeitado o limite de 2,5% de alta real dos gastos.

"Ainda que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) faça parte do arcabouço, nós não mudamos a lei do arcabouço e nem vamos mudar. Porque sabemos do impacto nocivo disso e, aí sim, teríamos problema na curva de juro e de sustentabilidade da dívida", explicou a ministra.

Para ela, essas duas travas valem muito mais, sob a ótica das despesas, do que a meta de resultado primário em si. "O Brasil não pode gastar mais do que arrecada, o Brasil não pode gastar tudo que arrecada e tem que gastar bem", frisou a ministra.

Em seguida, Tebet destacou que a inflação tem sido controlada e que a previsão é que o PIB do Brasil possa crescer cerca de 2,5% neste ano. "É um crescimento que nos garante a sustentabilidade da dívida a partir de 2027."

A ministra afirmou que ela e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, garantem que o arcabouço veio para

ficar. Para a ministra, a fim de sustentar a credibilidade da regra fiscal diante do mercado, do sistema financeiro e dos investidores, é necessário acelerar a roda da revisão de gastos.

Tebet defendeu que em um momento inicial foi necessário recompor as receitas para recuperar as políticas públicas destruídas no governo anterior, mas que isso é passado. "O governo Lula não sucedeu qualquer governo, não sucedeu um Fernando Henrique Cardoso", disse. "Nós sucumbemos um governo disfuncional e disruptivo", acrescentou a ministra, que afirmou que o governo anterior, do ex-presidente Jair Bolsonaro, registrou um aumento descontrolado dos gastos com destruição de grandes políticas públicas.

O grande foco agora, frisou, é tratar com responsabilidade a revisão de gastos. "Quem foi eleito tem a missão de fazer o que for melhor para o País, doa a quem doer", salientou.

Tebet defendeu que é necessário que o governo e Congresso assumam o compromisso de rever políticas públicas ineficientes, extinguir as que não têm condições de serem aperfeiçoadas e fazer economia de forma inteligente, para realocar bem esses recursos.

A ministra do Planejamento e Orçamento frisou que o objetivo do governo não é acabar com políticas públicas, e sim olhar com lupa os gastos tributários. Reiterou ainda que não há timidez na revisão de gastos. "Não queremos anunciar antes da hora para evi-

tar qualquer tipo de pressão, qualquer tipo de recuo em função de pressões."

Ao comentar a inclusão do Proagro no anexo para tratar de revisão de gastos, presente no PLDO de 2025, Tebet disse que o processo ocorreu "quietinho". "Nós fomos ao CMN, fizemos a resolução, eles entenderam e conversamos com parte da frente parlamentar", detalhou a ministra, que disse que não houve tempo para conversar com toda a frente. "Eu sou do agronegócio, vi ali um caminho."

A ministra retomou ainda ideia de que o seguro defeso deve entrar na mira da revisão de gastos. "A Pnad fala que temos 250 mil pescadores artesanais, mas temos mais 800 mil recebendo, tem alguma coisa errada."

Questionada sobre os esforços para atingir as metas fiscais deste e dos próximos anos, Simone Tebet disse que ainda existe "uma ou outra questão" em que o governo "pode sim avançar" sob o ponto de vista das receitas. Ela não detalhou, no entanto, quais seriam essas medidas.

"Em relação ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, ainda não posso adiantar. É nossa responsabilidade preparar, levarmos para a Junta Orçamentária e primeiro para o ministro Haddad ratificar. Está longe ainda, temos que aguardar e peço paciência", disse ela.

A ministra frisou, porém, que essas eventuais novas medidas de aumento de receita visam diminuir a injustiça tributária e não o aumento da carga de impostos paga pela população.

de 0,50% e de 2028, de 1,00%.

Durante a entrevista, Tebet ainda citou que "ninguém discute" que o ideal seria não mexer nas metas fiscais já definidas pelo governo, que apresentou um arcabouço fiscal com metas "corajosas".

Ela reforçou, porém, que o governo segue comprometido com a questão fiscal, que é a "bússola e o norte" para fazer o Brasil voltar a crescer, garantindo emprego e renda à população e a reconstrução de políticas públicas.

A ministra rebateu críticas ao governo federal por ter sido "muito tímido" na revisão de gastos feita em políticas públicas até agora. Segundo ela, sua pasta está avaliando a revisão de gastos em diversas frentes dentro do governo, mas que ainda não foram colocadas na última versão da do PLDO, para evitar "pressão e lobby do Congresso e da sociedade".

"Ao invés de abrir o cardápio de políticas públicas que podem ser realizadas, nós resolvemos ser conservadores em relação ao anúncio da redução de gastos", disse.

Ela citou como exemplo que revisões recentes na distribuição de benefícios da Previdência social e no programa Proagro devem garantir ao governo uma economia de R\$ 10,0 bilhões ao governo federal.

"Este ano e o ano que vem é o de atacar na eficiência das políticas públicas", disse Tebet, reforçando que esse deve ser o foco de todo o governo para este e o próximo ano e que o ajuste pelo lado da receita já se exauriu. "Exauriu-se já pelo lado da receita a possibilidade de criar impostos, porque se não é aumento da carga tributária", disse. "O papel agora é de um convencimento junto ao Congresso, de que temos que colocar o dedo na ferida e rever gastos tributários."

dívida pública seja atingida no ano de 2027. "Ainda que tenhamos que entender um pouco mais de tempo por conta da mudança de meta, vamos garantir a sustentabi-

lidade da dívida a partir de 2027", frisou a ministra, reforçando que essa sustentabilidade é essencial para garantir um ambiente econômico seguro e sem aumento de juro

No Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) apresentado na segunda-feira, o governo revisou a meta de superávit primário do ano que vem de 0,50% do

Produto Interno Bruto para um resultado primário neutro. Para 2026, passou de saldo de 1,00%, estimado no arcabouço, para 0,25%. O objetivo de 2027 é de primário positivo

IMPULSO

CNI prevê expansão de 2% na indústria em 2024

A expectativa é que o crescimento seja mais equilibrado entre os setores, com um aumento de 2,0% na indústria da construção



Indústria automotiva: a alta do PIB da indústria de transformação é esperado pelo aumento da demanda, em decorrência do aumento da massa de rendimentos

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) prevê uma alta de 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano e uma expansão do PIB industrial de 2,1%. A projeção consta do Informe Conjuntural do primeiro trimestre, divulgado pela entidade nesta terça-feira, 16. "A atividade econômica iniciou 2024 mais aquecida do que apontavam as expectativas no fim de 2023. Após o PIB ter registrado crescimento nulo no terceiro e no quarto trimestres de 2023, os dados mais recentes indicam que a atividade econômica voltou a se expandir. Diversos fatores explicam os resultados recentes e darão impulso para a atividade econômica até o fim de 2024", diz o Informe.

A expectativa da indústria é que o crescimento seja mais equilibrado entre os setores, com aumento de 2,0% da indústria da construção e 1,7% da transformação. A previsão é que a indústria extrativa também mantenha crescimento elevado, de 3,1%.

A previsão da CNI é que a

indústria da construção reagirá positivamente neste ano, depois de recuar 0,5% no ano passado. "Além da queda de juros, a regulamentação do programa Minha Casa, Minha Vida e o avanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são estímulos para o setor", diz a entidade.

Já a alta do PIB da indústria de transformação é esperado pelo aumento da demanda por produtos industriais, em decorrência do aumento da massa de rendimentos e da expansão do crédito.

"As quedas da inflação e dos juros, o aquecimento do mercado de trabalho e a possibilidade de mais acesso ao crédito são os principais fatores que vêm dando mais estímulos à economia desde o final de 2023. Apesar da projeção para o PIB ser menor que o ano passado, a composição do crescimento esperado para 2024 é positiva e mais equilibrada", afirma o presidente da CNI, Ricardo Alban.

De acordo com o Informe Conjuntural, a inflação deve seguir em desaceleração e terminará 2024 em 3,6%. Além disso, a CNI projeta que o Banco Central reduzirá a taxa de juros Selic

para 9,0% até o final deste ano. "É relevante destacar que, mesmo que a Selic atinja esse nível, a política monetária seguirá contractionista em todo o ano de 2024, ainda que com menor intensidade que em 2023", destaca.

Com relação aos rendimentos do setor, a expectativa é que a massa de rendimento real da indústria tenha crescimento de 4,0%. "O aquecimento do mercado de trabalho, verificado ao longo de 2023, manteve-se no início de 2024 e deve contribuir com resultados positivos no primeiro trimestre do ano. É esperada uma contribuição maior do mercado de trabalho na atividade econômica em relação à prevista no final de 2023."

As expectativas também são positivas com relação às concessões de crédito. A previsão do Informe Conjuntural é que elas cresçam 6,3% neste ano em razão das reduções da Selic e do aumento da massa de rendimentos reais, que contribuem para reduzir a inadimplência e o comprometimento da renda das famílias.

A CNI prevê que o PIB da Agropecuária vai recuar 4,0% neste ano, depois do cresci-

mento excepcional de 2023, de 15,1%. "O setor vem sendo impactado pela redução nas safras de culturas relevantes, como soja e milho, que apresentam projeções revistas para baixo por conta dos impactos climáticos negativos provocados pelo fenômeno El Niño."

A CNI destaca que os fatores de crescimento em 2024 - inflação e juros em queda, aumento da massa de rendimentos e aumento do crédito, principalmente - estimulam, sobretudo, o consumo das famílias. A previsão é que o consumo das famílias cresça 2,5% neste ano.

E diferente do ano passado, a expectativa é de alta do investimento. Segundo o Informe Conjuntural, a formação bruta de capital fixo deverá aumentar 2,8% em 2024, após um 2023 com queda de 3,0%.

"Além do cenário de crédito mais favorável, programas como o de Depreciação Acelerada, o novo Marco Legal das Garantias e a Nova Indústria Brasil, além da perspectiva de melhor desempenho da Indústria de Construção, deverão gerar impactos positivos sobre os investimentos em 2024."

REANCORAGEM



Supermercado: as estimativas do Focus continuam acima do centro da meta

Mercado reduz a previsão de inflação para 3,71%

A expectativa para a inflação deste ano foi revisada no Relatório de Mercado Focus divulgado pelo Banco Central na terça-feira, 16. A projeção de 2024 passou de 3,76% para 3,71%. Um mês antes, a mediana era de 3,79%.

Para 2025, foco principal da política monetária, a projeção passou de 3,53% para 3,56%. Considerando as 77 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana para 2024 passou de 3,76% para 3,70%. Para 2025, a projeção saiu de 3,60% para 3,56%, considerando 77 atualizações no período.

Para 2026, a projeção continuou em 3,50% pela 41ª semana consecutiva - seguindo a reancorem apenas parcial destacada pelo BC após a manutenção da meta de inflação em 3,0% para este e os próximos anos. No horizonte mais longo, de 2027, a estimativa seguiu em 3,50%, como também está há 41 semanas.

As estimativas do Relatório de Mercado Focus continuam acima do centro da meta para a inflação, de 3,00%. O IPCA de 2023 ficou em 4,62%, abaixo do teto da meta (4,75%, para um centro de 3,25% no ano passado), evitando o estouro do objetivo a ser perseguido pelo BC pelo terceiro ano consecutivo, depois de 2021 e 2022.

O Comitê de Política Monetária (Copom) divulgou em março projeção de 3,5% para o IPCA de 2024, igual à das reuniões anteriores, de dezembro e janeiro. Para 2025, também seguiu em 3,2%.

O Relatório de Mercado Focus divulgado pelo Banco Central elevou pela nona semana consecutiva a projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2024. A mediana para a alta da atividade deste ano passou de 1,90% para 1,95%, ante 1,80% de um mês atrás. Considerando apenas as 44 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o PIB no fim de 2024 seguiu em 2,02%.

Para 2025, o documento trouxe manutenção na estimativa de crescimento do PIB em 2,00%, como já está há 18 semanas. Considerando as 43 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o PIB de 2025

também seguiu em 2,00%.

Em relação a 2026, a mediana continuou em 2,00% pela 36ª semana consecutiva. O Boletim ainda trouxe a estimativa de crescimento para 2027, que se mantém em 2,00% por 38 semanas.

A estimativa do Ministério da Fazenda para o crescimento do PIB de 2024 é de 2,2%. Já no Banco Central, a projeção atual é de avanço de 1,9% neste ano, conforme o Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de março.

Na esteira de um cenário externo adverso e mudanças na meta fiscal no País, o mercado elevou para 9,13% ao ano a mediana das previsões no Relatório de Mercado Focus do Banco Central para Selic no encerramento de 2024, depois de 15 semanas de estabilidade. Considerando apenas as 64 respostas dos últimos cinco dias úteis, a mediana para o fim de 2024 passou de 9,00% ao ano para 9,25%.

O Copom cortou a Selic pela sexta vez consecutiva em 0,50 ponto porcentual, para 10,75% ao ano em março.

O colegiado mudou a sinalização e indicou que o ritmo de corte de 0,50 ponto porcentual continua sendo o mais apropriado para a próxima reunião - no singular, e não no plural.

No encontro de março, o Copom repetiu que a magnitude total do ciclo de flexibilização ao longo do tempo dependerá da evolução da dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expectativas de inflação, em particular daquelas de maior prazo, de suas projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos.

No Relatório de Mercado Focus, a projeção para a Selic no fim de 2025 continuou em 8,50%, como já está há 19 semanas. Considerando apenas as 62 respostas dos últimos cinco dias úteis, a mediana para o fim de 2025 passou de 8,75% ao ano para 8,50%.

Para 2026, a projeção seguiu em 8,50% pela 37ª semana consecutiva. Para 2027, a estimativa também seguiu em 8,50%, onde se mantém por 36 semanas.

SAÚDE E BEM ESTAR

DESAFIOS MUSCULARES: ENFRENTANDO A SARCOPENIA NA TERCEIRA IDADE

por Marvin de Brito



Marvin de Brito é bacharel em educação física, especialista em natação adaptada e ministra aulas particulares, atuando como personal trainer. Faz parte do time de professores da rede de academias da Companhia Athletica.

O NOSSO PAÍS TEM um número grande de pessoas idosas, estima-se que 32.113.490 pessoas com 60 anos ou mais. A medida que a população envelhece a busca pela qualidade de vida entre os idosos tem se tornado uma preocupação crescente. A primeira vista idosos que frequentam uma academia pode não ser tão comum pelo pequeno número que ali se faz presente, mas na realidade, essa mudança reflete um pouco sobre a conscientização da saúde e bem-estar em todas as faixas etárias.

COM O PASSAR DOS anos muitos idosos enfrentam o desafio das mudanças metabólicas, diminuição da atividade física ou apenas os hábitos alimentares menos saudáveis. E a academia se tornou um local cada vez mais frequente para aqueles que buscam não só manter, mas também melhorar sua saúde e qualidade de vida.

NA TERCEIRA IDADE, o processo natural de sarcopenia ou perda de massa muscular e força, começa

a aparecer de maneira mais clara devido as alterações fisiológicas no corpo, como diminuição na produção de hormônios e a diminuição da capacidade do organismo em utilizar proteínas para a construção e manutenção muscular.

A DIMINUIÇÃO DA ATIVIDADE física, comum em idosos devido a diversos fatores, entre eles, problemas de saúde, estilo de vida sedentário e falta de acesso a exercícios adequados, ajuda a acelerar o processo de perda muscular. A sarcopenia não apenas afeta a força e a capacidade funcional do idoso, mas também está ligada a um maior risco de quedas, fraturas e incapacidade de realizar atividades diárias de forma independente.

OS MÚSCULOS VÃO enfraquecendo e a funcionalidade para as atividades diárias, como levantar-se de uma cadeira, subir escadas ou carregar objetos, passam a ser mais desafiadoras. Essa perda de funcionalidade física pode levar a dependência de

outras pessoas para realizar tarefas simples do dia a dia. A sarcopenia está ligada a uma maior vulnerabilidade a quedas e lesões, o que pode trazer uma perda de independência à medida que os idosos se tornam mais cautelosos e limitam suas atividades por medo de se machucar.

PARA COMBATER A sarcopenia na terceira idade precisamos de uma abordagem que incorpore a atividade física regular, dieta adequada e cuidados de saúde preventivos. O exercício de resistência como levantamento de peso treinamento com pesos e exercícios de resistência, é fundamental para estimular o crescimento muscular e prevenir a perda de massa muscular que é associada à sarcopenia.

O EXERCÍCIO AERÓBICO como caminhadas, natação ou ciclismo, pode melhorar a saúde cardiovascular e ajudar na mobilidade. Uma dieta rica em proteínas de alta qualidade com uma ingestão adequada de calorias e nutrientes, é funda-

mental para apoiar o crescimento e a reparação muscular. Suplementos como creatina e aminoácidos também tem o poder para complementar a dieta e promover a saúde muscular. É importante manter um estilo de vida ativo e se fazer presente em atividades sociais e recreativas para promover o bem-estar físico e mental.

É IMPORTANTE QUE OS idosos entendam que mesmo enfrentando desafios como a sarcopenia, é possível alcançar e manter uma excelente qualidade de vida com o devido cuidado e esforço. Ao adotar um estilo de vida ativo que inclua exercícios físicos regulares, alimentação balanceada e acompanhamento médico adequado, os idosos podem combater os efeitos da sarcopenia e também desfrutar de uma vida plena e independente. O comprometimento com a saúde e o bem-estar é possível não apenas para prolongar a vitalidade e a funcionalidade, mas também encontrar alegria e prazer em cada fase da vida.

MODERNIZAÇÃO

Chanceler de Milei se reúne com empresários brasileiros

Mondino disse que Milei não sugeriu acabar com o Mercosul e cortar relações com o Brasil, mas defendeu a modernização e um choque de adrenalina no bloco

A ministra de Relações Exteriores de Javier Milei, Diana Mondino, se reuniu na terça-feira, 16, com representantes do setor empresarial brasileiro, momento em que voltou a afirmar que o governo argentino não defende a ruptura de relações ou o fim do Mercosul. Na sede da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), a chanceler defendeu mudanças no bloco, mas voltou a afirmar que juntos os países têm mais força.

Questionada por empresários sobre a possibilidade de o Mercosul ser "remodelado" depois de afirmações de Milei, Mondino repetiu: "isso não é verdade". "Não é verdade que se tenha falado em acabar com o Mercosul e cortar relações com o Brasil. O que se diz, e trabalhamos com os países como Brasil, Paraguai e Uruguai nesse sentido, é uma modernização, um choque de adrenalina", afirmou. "O Mercosul tem 32 anos e nunca se modificou, enquanto o mundo mudou".

"As empresas do Mercosul mudaram, mas o convênio nunca mudou. É fundamental que tenhamos muitíssimo mais elementos, por exemplo, o mero fato de levar bens de um país a outro hoje no Mercosul não é considerado, e não temos nenhum tratamento preferencial entre países do Mercosul. Não temos tratamento especial para nossos estudantes", continuou.

E reiterou: "Caso alguém não tenha escutado aí atrás: não é verdade que vamos acabar com o Mercosul".

Segundo a ministra, o Mercosul teria ainda mais potencial se também se voltasse a outros setores não contemplados atualmente e se investisse na possibilidade de fazer convênio com outros países. Indo em uma linha diferente do que tem proposto o Uruguai, que defende que países possam negociar por fora do bloco, a chanceler preferiu defender uma unidade nas negociações.

Ela defendeu o acordo Mercosul-União Europeia, que tem sido negociado há anos e se tornou uma forte agenda do governo Lula, inclusive em seu encontro com o presidente francês Emmanuel Macron em sua viagem ao Brasil no mês passado. Segundo ela, embora o acordo não seja "uma panaceia" e tenha caminhado muito lenta-



Mondino: "as empresas do Mercosul mudaram, mas o convênio nunca mudou. O mero fato de levar bens de um país a outro hoje no Mercosul não é considerado"

mente, ele permite aos países do bloco integrar-se com grandes compradores do mercado europeu.

O futuro do Mercosul foi uma das primeiras preocupações do governo brasileiro quando Javier Milei assumiu a presidência. Durante a campanha, o libertário indicou que viraria as costas à região, tendo chamado o bloco de "estorvo" durante debates presidenciais. O tom, porém, amenizou após a posse. Dias antes do libertário assumir a presidência, Mondino viajou de surpresa à Brasília, onde fez o primeiro gesto amigável ao Mercosul ao lado do chanceler brasileiro, Mauro Vieira.

Sem fazer declarações à imprensa, a ministra utilizou sua passagem por São Paulo - depois de ter se reunido com Vieira e o vice-presidente Geraldo Alckmin em Brasília - para defender as reformas econômicas e de Estado que têm sido conduzidas por Javier Milei na Argentina. Sua exposição ao setor empresarial brasileiro se focou em garantir que as relações entre Brasil e Argentina se mantêm fortes, apesar dos comentários recen- sados do presidente argentino que causaram rusgas com o governo brasileiro.

"Junto com Brasil, porque estamos na mesmas circunstâncias, podemos ser a solução para o mundo em muitos dos problemas identificados agora", afirmou. Entre os setores, a chanceler citou energia, segurança alimentar, tecnologia, ecoturismo, entre outros.

Para isso, ela defendeu que o governo argentino consiga avançar com suas reformas econômicas e de Estado, que estão travadas devido a embates políticos entre o presidente e governadores e deputados de sua base de apoio. Ela elogiou o avanço da meta de déficit zero pelo governo, uma medida que, segundo ela, beneficia o comércio com o Brasil.

"O mundo é muito complexo, mas desde o A Liberdade Avança (partido de Milei) isso se torna muito simples porque tudo vira decisão do setor privado", afirmou. "Estamos tentando abrir os olhos do mundo para as oportunidades que têm na Argentina, de importação e exportação, de atrair investidores".

"A vontade política, o presidente Milei tem. Em sua campanha disse que ia reduzir o gasto e está reduzindo". Citou o sucesso em atingir o déficit zero no mês de fevereiro, uma medida con-

seguida a custos da recessão no serviço e comércio argentino, além do arrocho dos salários.

A ministra teceu críticas a quem se opõe ao mega DNU (Decreto de Necessidades e Urgências) lançado por Milei logo nos primeiros dias de governo. Uma medida que, segundo ela, visa simplificar o sistema produtivo argentino. "O DNU cita apenas liberdades individuais. Não sei porque seriam contra as liberdades individuais".

Criticou o trecho da reforma trabalhista que foi derrubado pela Justiça por considerá-lo inconstitucional. O decreto, que está parcialmente derrubado após receber uma rejeição no Senado, segue em vigência enquanto a Câmara não o vota. O recurso, porém, está judicializado e também pode cair na Corte Suprema.

Mondino também defendeu a Lei Ônibus, que no momento busca desregulamentar 250 setores - dos mais de 600 que pretendia o governo inicialmente.

Agenda da ministra em São Paulo seguiu de um almoço com representantes do setor empresarial na Fiesp, seguido de outros encontros não revelados por sua equipe diplomática. Acompa-

nha a ministra, representantes do setor empresarial argentino, como o presidente da UIA (União Industrial Argentina), Daniel Funes de Rioja e o ex-embaixador da Argentina no Brasil, Daniel Scioli.

Na capital federal, Mondino foi recebida no Palácio do Itamaraty por Mauro Vieira, com quem teve uma reunião privada e depois deram uma declaração à imprensa. Ela também foi recebida pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, mas não por Lula.

Em entrevista coletiva, a chanceler afirmou que seu governo não pretende intervir em questões internas do Brasil. Na semana passada, Milei ofereceu "a ajuda que ele precisasse" ao magnata Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), que trava embate com o Supremo Tribunal Federal (STF) e autoridades dos demais poderes no Brasil. Apesar da promessa, segundo ela, o governo argentino não vai interferir.

"Os temas internos e judiciais de cada país são próprios de cada país. O governo argentino jamais vai interferir nos processos democráticos ou nos processos judiciais de cada país. Confiamos na Justiça de cada país.

defesa dos EUA. Huntington também melhorou as margens de lucro operacional e a General Dynamics tem um negócio bem-sucedido de jatos particulares da Gulfstream.

No geral, 20% dos análises que cobrem as ações da Lockheed têm classificações de Compra. O índice médio de classificação de compra para ações do S&P 500 é de cerca de 55%. O preço-alvo médio dos análises para as ações da Lockheed é de cerca de US\$ 483.

As avaliações da Lockheed mostram como Wall Street se sente em relação à defesa atualmente. As tendências de gastos mantiveram o sentimento sob controle.

Ainda assim, os investidores devem prestar atenção aos conflitos globais e considerar se algum deles envolverá diretamente os EUA.

OFENSIVA



Katz: "o Irã deve ser parado agora"

Ministro de Israel solicita sanções contra o Irã a 32 países

O ministro de Relações Exteriores de Israel, Israel Katz, afirmou ter enviado cartas para 32 países solicitando sanções ao projeto de mísseis iranianos e para que o Corpo da Guarda Revolucionária seja declarado como uma organização terrorista por outros países. Pedido feito na terça-feira, 16, faz parte de uma "ofensiva diplomática" contra o Irã a fim de enfraquecer o país, segundo o ministro. "O Irã deve ser parado agora, antes que seja tarde demais", disse Katz, em anúncio que ressaltou a resposta militar aos mísseis iranianos direcionados ao país no fim de semana.

Dentre os países aos quais a solicitação política foi direcionada estão os Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Japão, Canadá, França, Itália, Índia e Austrália.

O presidente do Irã, Ebrahim Raisi, disse que seu país responderia "severamente" à "menor ação" de Israel contra "os interesses do Irã", de acordo com uma declaração emitida por seu gabinete na terça-feira.

"Agora, declaramos firmemente que a menor ação contra os interesses do Irã provocará uma resposta severa, extensa e dolorosa contra todos os seus perpetradores", disse Raisi durante uma conversa telefônica com o emir do Qatar, Tamim bin Hamad Al Thani, na noite de segunda-feira.

Referindo-se ao ataque do fim de semana, o primeiro a partir do território iraniano contra Israel, Raisi disse que Teerá exerceu "seu direito de autodefesa".

O ataque do Irã no sábado foi, segundo Teerá, uma resposta ao assassinato por Israel de um general iraniano sênior em um edifício diplomático iraniano em Damasco, Síria. Israel não confirmou nem negou o envolvimento.

O chefe do Estado-Maior das Forças de Defesa de Israel, tenente-general Herzl Halevi, deu a confirmação na segunda-feira, 15, mais clara até agora de um contra-ataque ao Irã, apesar da pressão internacional por contenção. Ele não deixou claro, no entanto, qual a forma essa resposta assumirá.

A secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, reforçou a posição do país contrária ao Irã nas tensões com Israel, ao discursar nas Reuniões de Primavera do Banco Mundial com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em trecho do discurso divulgado previamente pelo governo americano, Yellen alertou que ações do Irã como a ofensiva a Israel neste fim de semana, bem como os ataques dos houthis no Mar Vermelho, ameaçam a estabilidade do Oriente Médio e podem ter implicações econômicas.

A secretária disse ainda que o ataque do Irã e de seus aliados "ressalta a importância do trabalho do Tesouro em usar ferramentas econômicas para combater a atividade maligna" dos iranianos.

Yellen mencionou que o governo do presidente dos EUA, Joe Biden, impôs sanções a mais de 500 indivíduos e entidades "ligados ao terrorismo e ao financiamento do terrorismo pelo regime iraniano e seus representantes".

INVESTIMENTO

Ações do segmento de Defesa voltam a ser destaque nos EUA

A invasão russa da Ucrânia não deu início a uma recuperação significativa nas ações do setor de defesa nos Estados Unidos. A atual tensão geopolítica é diferente? A resposta é: provavelmente não. Isso não significa que os investidores devam evitar o setor. O orçamento de Defesa dos EUA para o ano fiscal de 2024, que termina em setembro, prevê gastos de US\$ 824 bilhões, um aumento de cerca de 3% em relação ao ano fiscal de 2023. A proposta orçamentária para

o ano fiscal de 2025 prevê US\$ 850 bilhões, um aumento de outros 3%. A taxa de crescimento não foi muito afetada pelos recentes conflitos globais.

A Lockheed Martin gera cerca de três quartos das vendas do governo dos EUA, com cerca de 90% disso - ou dois terços do total - vindo do Departamento de Defesa. Incluindo todas as despesas e ajuda suplementares, os EUA gastam cerca de US\$ 1 trilhão por ano na Defesa, de acordo

com dados do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano).

Os gastos aumentaram consistentemente nos últimos oito anos, cerca de um terço acima do nível relativamente baixo de 2016. Oito anos é uma expansão longa, mas não é sem precedentes. Os gastos aumentaram de forma consistente durante cerca de 12 anos, entre 1999 e 2011. No geral, a configuração das ações de defesa parece boa, mas não tão boa quanto outros pontos da história recente.

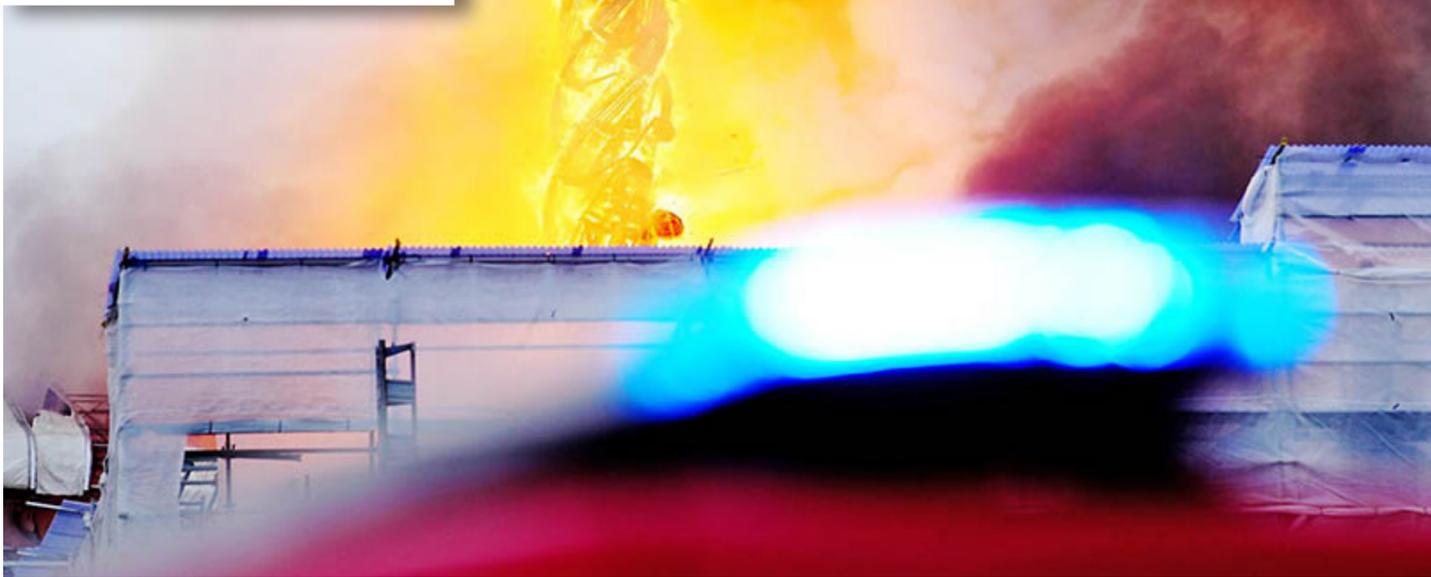
Desde que a Rússia invadiu a Ucrânia, as ações dos principais empreiteiros de defesa dos EUA aumentaram cerca de 13%, em média. O S&P 500 subiu cerca de 18%. Dois destaques foram as ações da General Dynamics e da Huntington Ingalls Industries, que subiram cerca de 30% e 26% nesse período, respectivamente. Ambas fabricam produtos para a Marinha.

A construção naval tem sido uma parte relativamente segura do orçamento de

TORRE ICÔNICA

Grande incêndio atinge prédio mais antigo de Copenhague

O telhado, a alvenaria, o arenito e o pináculo do Boersen - considerado um dos principais exemplos do estilo renascentista holandês - estavam sendo reformados



O incêndio começou no telhado de cobre do Old Stock Exchange, ou Boersen, espalhou-se por grande parte do edifício e do telhado, partes do qual também desabaram, e destruiu o interior do edifício

Um incêndio atingiu um dos edifícios mais antigos de Copenhague na terça-feira, 16, causando o colapso da icônica torre da Antiga Bolsa de Valores do século XVII, enquanto os transeuntes corriam para ajudar os serviços de emergência a salvar pinturas de valor inestimável e outros objetos de valor.

O Ministro da Cultura dinamarquês, Jakob Engel-Schmidt, disse que foi "comovente" ver quantas pessoas deram a mão "para salvar tesouros artísticos e imagens icônicas do edifício em chamas". Um homem saltou de sua bicicleta a caminho do trabalho para ajudar no esforço.

O incêndio começou na manhã de terça-feira no

telhado de cobre do Old Stock Exchange, ou Boersen, espalhou-se por grande parte do edifício e do telhado, partes do qual também desabaram, e destruiu o interior do edifício, disse o porta-voz dos bombeiros Jakob Vedsted Andersen.

"O que restou depois de apagado é muito cedo para dizer agora", disse Engel-Schmidt à emissora dinamarquesa DR. A causa do incêndio não foi conhecida imediatamente.

O edifício, situado próximo ao Palácio de Christiansborg, onde fica o parlamento, é uma atração turística popular e já foi fotografado milhões de vezes. Sua torre característica, no formato das caudas de quatro dragões entrelaçados, atingiu uma altura de 56 metros.

Enormes nuvens de fumaça se elevaram sobre o centro

de Copenhague e as pessoas foram vistas correndo para dentro do edifício para salvar pinturas. A pluma podia ser vista do sul da Suécia, separada por um estreito canal.

Ambulâncias estavam no local, mas não houve relatos de vítimas. Um porta-voz da empresa que está trabalhando na reforma do edifício disse que todos os carpinteiros que trabalhavam no telhado haviam saído.

Até 90 membros de uma unidade do exército também foram enviados de uma base próxima para isolar a área e "proteger objetos de valor", informaram as forças armadas da Dinamarca.

O edifício e a torre estavam envoltos em andaimes, que depois desabaram com o incêndio. O telhado, a alvenaria, o are-

nito e o pináculo do Boersen - construído em 1615 e considerado um dos principais exemplos do estilo renascentista holandês na Dinamarca - estavam sendo reformados, disse a Câmara de Comércio Dinamarquesa, que se mudou para o prédio depois que a bolsa de valores de Copenhague deixou o local em 1974.

O diretor da câmara, Brian Mikkelsen, estava entre os que ajudaram a retirar os quadros do prédio. "É um desastre nacional", disse Mikkelsen aos repórteres.

O adjacente Palácio de Christiansborg já foi incendiado em várias ocasiões e, mais recentemente, em 1990, houve um incêndio em um anexo do parlamento dinamarquês, conhecido como Proviantgarden. No entanto, a

Antiga Bolsa de Valores sobreviveu incólume.

Esse anexo, que fica no quarteirão atrás da Antiga Bolsa de Valores, foi evacuado por precaução, assim como vários ministérios na rua atrás do prédio em chamas.

Além de abrigar a Câmara de Comércio, a Old Stock Exchange é usada para jantares de gala, conferências, festas e outros eventos.

A polícia disse na plataforma de mídia social X que uma estrada principal em Copenhague estava fechada e que as pessoas deveriam esperar que a área ficasse isolada por algum tempo.

Várias linhas de ônibus foram redirecionadas e a mídia dinamarquesa relatou enormes engarrafamentos na área circundante.

CRISE

Lula diz que Equador deve desculpas ao México

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, na terça-feira (16), de uma cúpula virtual de chefes de Estado e de governo da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

Convocada de forma extraordinária pela líder pro-tempore do bloco, a presidenta de Honduras, Xiomara Castro, a reunião discutiu o episódio de invasão da embaixada do México em Quito, capital Equador, em uma operação policial para prender o ex-vice-presidente equatoriano Jorge Glas, que havia ganhado asilo político do governo mexicano e estava abrigado na sede diplomática. A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961, define embaixadas como territórios estrangeiros e, em tese, são invioláveis a ação de agentes locais do país onde a representação está abrigada.

Glas, que foi vice-presidente durante o mandato de Rafael Correa, entre 2013 e 2017, foi condenado duas vezes pela Justiça equatoriana por corrupção. O incidente na embaixada ocorreu na noite do dia 5 de abril, levando a uma crise diplomática entre os dois países. O governo mexicano rompeu relações com o Equador e retirou seus diplomatas do país.

"Medida dessa natureza nunca havia ocorrido, nem nos piores momentos de desunião e desentendimento registrados na América Latina e no Caribe. Nem mesmo nos sombrios tempos das ditaduras militares em nosso continente. O que aconteceu em Quito, no último dia 5, é simplesmente inaceitável e não afeta só o México. Diz respeito a todos nós. Um pedido formal de desculpas por parte do Equador é um primeiro passo na direção correta", afirmou Lula durante a reunião.

O presidente também defendeu uma proposta da Bolívia de formar uma comissão, integrada por países da Celac, para acompanhar a evolução da situação e da saúde do ex-vice-presidente Jorge Glas. O político equatoriano chegou a ficar internado após a invasão da embaixada, mas já retornou à prisão. Ele foi condenado a 6 anos de detenção.

"A gravidade da situação nos impõe o dever de expressar claramente o inequívoco repúdio da região ao ocorrido. A inviolabilidade absoluta das missões e do pessoal diplomático, conforme estabelecido pela Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, é um desses pilares do direito internacional que não admite exceções, seja qual for a justificativa. A América Latina possui tradição humanitária pioneira em defesa do direito de asilo diplomático", prosseguiu Lula, na cúpula da Celac.

Na semana passada, o México apresentou uma queixa contra o Equador na Corte Internacional de Justiça (CIJ) das Nações Unidas, em Haia, na Holanda. No pedido, o México pede que o país seja suspenso da Organização das Nações Unidas (ONU) até que emita um pedido público de desculpas.

Lula ainda defendeu esforços de reaproximação entre os dois países. "Somos uma região plural. Continuaremos a ter diferenças de visões e opiniões, mas temos, sobretudo, o compromisso de resolvê-las com base no diálogo e na diplomacia. Nesse sentido, vejo como positivo o recurso do México à Corte Internacional de Justiça. Também é fundamental que a CELAC siga trabalhando para o restabelecimento do diálogo e da normalização das relações entre o Equador e o México, dois importantes parceiros do Brasil, fundamentais para a consolidação da integração regional", afirmou.

LEI RUSSA

Sessão parlamentar termina em pancadaria com debate polêmico

Legisladores da Geórgia, na Ásia, iniciaram uma briga no Parlamento na segunda-feira, 15, durante o debate de uma lei polarizadora, apelidada de "projeto de lei do agente estrangeiro". Horas após o conflito, centenas de pessoas protestaram contra a legislação em frente ao parlamento da capital do país, Tbilisi.

O projeto de lei - apresentado pelo partido de centro-esquerda Georgian Dream, que está no poder - exige que meios de comunicação e organizações não comerciais se regis-

trem como estando sob influência estrangeira caso recebam mais de 20% do seu financiamento do exterior.

Os opositores denunciam a medida como "a lei russa" devido à existência de uma legislação parecida utilizada por Moscou para estigmatizar os meios de comunicação independentes e as organizações vistas como discordantes do Kremlin.

O vídeo de transmissão ao vivo do parlamento compartilhado nas redes sociais mostra o líder dos legisladores do Georgian Dream, Mamuka Mdi-

naradze, levando um soco na cara, enquanto discursava, por um legislador da oposição que correu para o palanque. Vários outros legisladores se juntam, então, à briga, criando uma confusão generalizada.

O projeto de lei é quase idêntico a uma proposta que o partido do governo foi pressionado a retirar há um ano, após protestos em massa. Na segunda-feira, os manifestantes cantaram canções nacionalistas e gritaram "escravos" fora do parlamento, sugerindo que a Câmara estava cedendo

à pressão da Rússia.

Aqueles que se opõem à medida dizem que a aprovação da lei iria obstruir o objetivo da Geórgia de aderir à União Europeia, que no ano passado concedeu ao país o tão desejado estatuto de candidato. O primeiro-ministro georgiano, Irakli Kobakhidze, reuniu-se na segunda-feira com os embaixadores americano, britânico e da UE para discutir o projeto de lei, disse o governo.

A lei diz que as organizações não comerciais e os meios de comunicação social que rece-

CONTATO

Lewandowski: Lula manteve as linhas básicas de restrição

O único veto foi pelo governo entender ser inconstitucional impedir que os presos tenham contato com suas famílias



O Ministro Ricardo Lewandowski durante audiência pública na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve as linhas básicas estabelecidas pelo Congresso Nacional no projeto de lei (PL) que restringe às saídas temporárias de presos, a chamada saidinha, argumentou nesta terça-feira (16) o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, durante debate na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, ao comentar o veto do presidente à parte da lei aprovada pelo Congresso.

O ministro acrescentou que o único veto ao PL foi movido por motivos cristãos e por o governo entender ser inconstitucional impedir que os presos tenham contato com suas famílias. A possibilidade de visitar as famílias permitida pelo veto exclui os condenados por crimes hediondos, como homicídio e estupro.

"Nós estamos defendendo um valor cristão, um valor fundamental da Constituição, e daí veto basear-se em uma inconstitucionalidade", explicou Lewandowski, defendendo que o presidente sancionou "praticamente na totalidade esse projeto de lei

que representa a vontade da soberania popular expressa pelo Congresso Nacional".

O Congresso Nacional ainda pode derrubar o único veto presidencial ao projeto. O ministro Lewandowski argumentou que 90% do projeto foram mantidos, incluindo a exigência de exame criminológico para autorização para as saídas, a necessidade do uso de tornozeleiras eletrônicas e a proibição para saída temporária de condenados por crimes hediondos.

O ministro da Justiça disse ainda que foi cobrado pelo presidente Lula para manter a proibição de presos perigosos saírem temporariamente. Segundo Lewandowski, o veto se limitou a permitir o contato dos presos não perigosos às próprias famílias. "O artigo vetado contraria frontalmente o que está disposto no Artigo 226 da Constituição, que obriga o Estado a defender a família e a célula materna da sociedade", completou o ministro.

O ministro da Justiça e Segurança Pública foi cobrado também sobre a fuga de dois presos da Penitenciária Federal de Mossoró (RN). Lewandowski defendeu a ação de captura dos presos e destacou que todos os

protocolos dos presídios federais estão sendo revistos para impedir novas fugas.

De acordo com o ministro, a fuga foi possível por causa dos padrões antiquados de segurança da penitenciária, do relaxamento na vigilância, da quebra de protocolos, da ausência das revistas diárias, da falha de equipamentos, como as câmeras, além da falta de muralhas em torno do presídio e da ajuda externa recebida pelos ex-forajidos.

"Imediatamente, o secretário de Políticas Penitenciárias demitiu a diretoria, a administração daquela penitenciária, nomeou um interventor e determinou a abertura de vários PADs, Processos Administrativos Disciplinários. Além disso, eu determinei à Polícia Federal que fizesse um inquérito policial para apurar responsabilidades criminais", disse.

O ministro lembrou aos parlamentares que quatro funcionários foram afastados, dez processos administrativos foram abertos e 29 policiais de plantão foram substituídos. Houve ainda, segundo Lewandowski, reforço de pessoal e das celas e o início da construção das muralhas.

"Tiramos várias lições importantes. Esse episódio nos ofere-

ceu a oportunidade de revermos os protocolos de segurança e dos equipamentos de todas as prisões federais", afirmou o ministro, acrescentando que "posso garantir às senhoras e aos senhores que nenhum detento mais se evadirá das penitenciárias federais".

Os deputados da Comissão de Segurança da Câmara também cobraram o ministro o corte anunciado no orçamento das polícias Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF) no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLO) de 2025, enviado ao Parlamento.

Ricardo Lewandowski disse que já pediu a recomposição dos recursos aos ministérios da Fazenda e do Planejamento, concordando com os parlamentares que "realmente esse corte prejudicará o nosso serviço".

"Mas é preciso dizer também que o Congresso Nacional, e eu acho que o fez com a melhor das intenções, aprovou o teto de gastos, aprovou o déficit zero. Então, nós temos aquilo que como muito se chama de cobertor de pobre. Puxa-se de um lado, descobre-se outra parte do corpo. E isso que está ocorrendo hoje. Nós temos um orçamento limitado", disse o ministro.

COBRANÇAS

Nísia garante que não há hipótese de desistir do cargo

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, afirmou na terça-feira, 16, que não desistirá do trabalho na pasta. A fala foi dada após questionamento feito pela senadora bolsonarista Damare Alves (Republicanos-DF), que elogiou o currículo da ministra e perguntou se Nísia estava confortável em continuar no cargo.

Nísia participou na terça de uma sessão da Comissão de Assunto Sociais (CAS) do Senado para responder sobre temas como dengue, crise Yanomami, e também sobre políticas colocadas em prática pelo Ministério da Saúde.

"Eu me sinto honrada por ocupar esse ministério, não há nenhuma hipótese de eu desistir desse trabalho. Quem é responsável pela minha nomeação é o presidente da República, presidente Lula, que me convidou", disse a ministra.

Desde janeiro, Nísia tem sido alvo de fúria dentro e fora do governo. A ministra viu a tensão escalar sobretudo após a reunião ministerial de março, quando foi cobrada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito de resultados na pasta no que diz respeito à dengue, crise Yanomami e os hospitais federais do Rio de Janeiro.

Na sessão de terça-feira, Damare afirmou que não há torcida contra a ministra e que os senadores querem que ela dê certo, mas questionou a gestão de Nísia. "A senhora é uma boa técnica, é uma grande profissional, uma grande cientista, mas os erros da sua pasta são gritantes", afirmou.

Durante a fala, Damare criticou a condução do ministério no que diz respeito à vacinação contra dengue e à crise Yanomami.

"A senhora está sendo sabotada dentro do ministério? A senhora tem controle

de tudo que está acontecendo ali? A senhora está confortável em continuar nesse cargo? A senhora é muito boa, não termina a sua história na condução dessa pasta, se a senhora não estiver se sentindo confortável", disse Damare.

Além de dizer que não desistirá, a ministra afirmou que continuará trabalhando na defesa do SUS e dos cidadãos brasileiros. "Como nas várias estratégias que recuperamos e nas inovações que temos feito", afirmou.

Ao longo da sessão, senadores da oposição e da base do governo trocaram farpas. Na ocasião, a conduta do ex-presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia foi lembrada e criticada. O governo atual também foi criticado, sobretudo no que diz respeito a falhas na condução do combate à epidemia de dengue. Uma das menções foi a baixa adesão à vacinação.

Nísia respondeu que estratégias paralelas de combate à doença estão em curso e que "se não houvesse negociação à vacina, certamente as famílias estariam levando suas crianças e jovens para serem vacinados".

Durante a sessão, senadores reclamaram da falta de proximidade da ministra com o Senado. Uma das principais críticas contra a ministra é a falta de traquejo político na condução da pasta. Em outubro de 2023, a ministra Nísia Trindade participou de uma reunião conjunta da CAS e da Comissão de Direitos Humanos.

De acordo com a assessoria parlamentar do Ministério da Saúde, Nísia já foi oito vezes ao Congresso Nacional, sendo seis delas na Câmara e duas no Senado. Em 2023, a ministra recebeu 212 deputados e 42 senadores. Neste ano, até o momento foram 36 deputados e quatro senadores.

GREVE

Governo apresentará nova proposta para os servidores

O ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou na terça-feira (16) que o governo deve disponibilizar novos recursos para atender as demandas dos servidores técnico-administrativos e professores das universidades e institutos federais. As categorias estão em greve em boa parte do país.

"O governo já sinalizou com recursos adicionais para que a gente possa negociar com os servidores técnicos e servidores, a questão, não só do plano de cargos e salários, mas também do reajuste salarial para essa categoria", afirmou Santana. Nova proposta deve ser apresentada na sexta-feira (19).

Camilo Santana falou sobre a greve dos servidores de universidades e institutos federais em reunião da Comissão de Educação do Senado. Ele disse que o governo tem se esforçado para encerrar o movimento grevista e ressaltou que o MEC não tinha mais condições de, por conta própria, aumentar a proposta para os servidores.

"O orçamento do MEC não comporta nenhuma mudança mais de qualquer incremento, seja em pessoal ou para servidor. Então, será uma complementação orçamentária pelo espaço que o arcabouço fiscal já tem", explicou o ministro, sem antecipar o valor que teria sido reservado para os professores e técnicos administrativos das instituições federais de ensino.

Camilo Santana informou que esse anúncio será feito pela ministra da Gestão e da

Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, que lidera a negociação com os servidores. O ministro da Educação reclamou da greve e lembrou que o governo deu reajuste de 9% para toda administração pública no primeiro ano, após seis anos sem reajuste.

"Greve, para mim, é quando não há mais diálogo, quando se encerraram as negociações ou toda e qualquer possibilidade de melhorias", disse Santana. Para o ministro, o grande problema desta greve é o prejuízo para o Brasil e para os alunos.

Ao menos 360 unidades de ensino aderiram à greve iniciada no último dia 3, informa o Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica. Entre as demandas, está a recomposição salarial que varia de 22,71% a 34,32%, dependendo da categoria, além de uma reestruturação das carreiras da área técnico-administrativa e de docentes.

Já os professores de universidades federais entraram em greve nacional na segunda-feira (15), rejeitando a proposta do Ministério da Gestão. Eles querem reajuste de 22,71% em três parcelas de 7,06% por ano.

De acordo com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), a proposta do governo federal foi de reajuste salarial zero, com aumentos apenas no auxílio-alimentação, que passaria de R\$ 658, para R\$ 1 mil; no valor da assistência pré-escolar, de R\$ 321 para R\$ 484,90.

INDEPENDÊNCIA JUDICIAL

Juízes federais convocam paralisação

A Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe) convocou uma paralisação na terça-feira, 16, contra a decisão do ministro Luís Felipe Salomão, corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que afastou os juizes Gabriela Hardt e Danilo Pereira Júnior e os desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) Carlos Eduardo Thompson Flores e Lenz Loraci Flores de Lima.

Em comunicado, a associação afirma que a decisão viola o exercício livre da profissão. O protesto, segundo a entidade, é contra a "fragilização das garantias da magistratura".

"As garantias da inamovibilidade e da independência funcional alcançam a sua localização física e a certeza de que estarão investidos do dever de jurisdicionar a salvo de decisões lampejantes e inopinadas", diz a convocação.

A associação também contesta os fundamentos na decisão. Segundo a Apajufe, os argumentos são "genéricos". Outro ponto questionado é que o afastamento foi determinado na véspera do julgamento do

caso no plenário do CNJ.

"Os magistrados e a magistratura atingidos pela decisão singular do Corregedor Nacional de Justiça atuam há décadas e nunca foram alvo de nenhuma investigação ou sanção administrativa. Trabalham na normalidade de sua jurisdição", afirma a entidade.

O afastamento foi determinado pelo ministro Luís Felipe Salomão depois que uma fiscalização do CNJ concluiu que houve irregularidades na gestão das multas dos acordos de delação e de leniência fechados na Lava Jato.

O ministro justificou que a investigação administrativa revelou que, no período em que conduziu os processos da Operação Lava Jato, a juíza Gabriela Hardt conversou por mensagem com procuradores da força-tarefa sobre os termos do acordo que destinaria recursos da Petrobras para a criação de uma fundação privada.

Na época, a proposta gerou pesadas críticas à Lava Jato e a força-tarefa desistiu da iniciativa. O Supremo Tribunal Federal (STF) também interveio

e determinou que o dinheiro fosse destinado a investimentos em educação e meio ambiente.

A decisão afirma que a "ideia de combate à corrupção foi transformada em uma espécie de 'cash back' para interesses privados".

Em relação aos desembargadores Carlos Eduardo Thompson Flores e Lenz Loraci Flores de Lima e ao juiz Danilo Pereira Júnior, o corregedor do CNJ apontou que houve o descumprimento deliberado de decisões do Supremo Tribunal Federal. Foi o ministro Dias Toffoli, do STF, quem pediu a abertura do procedimento disciplinar sobre a conduta dos magistrados do Paraná.

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), principal e mais influente entidade da classe, se aliou na terça, 16, à rede de protestos contra a decisão do ministro Luís Felipe Salomão.

"O afastamento de todo e qualquer magistrado das suas funções deve ocorrer apenas em situações graves, que ultrapassem os limites do exercício da atividade jurisdicional", avalia a Associação dos Magistrados

dos Brasileiros.

O manifesto da AMB se soma ao de entidades dos juizes federais. Para a AMB, "decisões judiciais devem ser revistas por meio de recursos às instâncias superiores do Poder Judiciário, como determina a legislação".

"Magistrados só devem ser afastados nos casos de expressa violação às vedações constitucionais: o exercício de outros cargos ou funções, o recebimento de vantagens pessoais e a dedicação à atividade político-partidária", segue nota da entidade.

A AMB destaca que "afastamentos em resposta a atos de jurisdição não se justificam, menos ainda quando baseados em fatos passados, já consolidados, que não podem ser alterados no momento". O mais importante reduto dos juizes sustenta que "a independência judicial é essencial e necessária sempre e em toda situação, pois é ela que garante aos cidadãos a integridade do sistema judicial". "Um Judiciário forte e independente é pressuposto de garantia do Estado Democrático de Direito."

DESCONTO

Consórcio Novo Litoral arremata concessão do Lote Litoral Paulista

As rodovias terão pórticos para cobrança automática de pedágios, no sistema free flow, sem cabine e as tarifas vão variar de R\$ 1,08 a R\$ 6,29 conforme a extensão percorrida pelo motorista

Consórcio Novo Litoral venceu o leilão na terça-feira, 16, na B3, em São Paulo, e assumiu a concessão de 213,5 quilômetros de rodovias paulistas. O lote abrange trechos das rodovias Padre Manoel da Nóbrega (SP-055), Mogi-Dutra (SP-088) e Mogi-Bertioga (SP-098). As estradas atendem cidades com praias na Baixada Santista e litoral sul, além de municípios com vocação turística.

O grupo, formado pelas empresas CDI - Companhia Brasileira de Infraestrutura, Consladel e Strata, ofereceu desconto de 10,17% sobre a contraprestação pública máxima de R\$ 199 milhões definida no edital.

A outra concorrente, a espanhola Acciona, ofertou 1% de desconto. Só dois grupos participaram da competição internacional.

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que participou da batida do martelo, disse que houve um pedido à Justiça, na noite anterior, para barrar o leilão, mas a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) conseguiu reverter a liminar. A ação foi proposta pela prefeitura de Mogi das Cruzes, que não concorda com os pedágios.

As rodovias terão pórticos para cobrança automática de pedágios, no sistema free flow (fluxo livre, em inglês), sem cabine. As tarifas variam de R\$ 1,08 a R\$ 6,29 conforme a extensão percorrida. Atualmente, essas rodovias não têm pedágios. A concessão, pelo prazo de 30 anos, prevê investimentos de R\$ 4,3 bilhões.

Segundo o governo, será uma parceria público-privada (PPP) que prevê a outorga de serviços públicos em que há cobrança de tarifa dos usuários e a aplicação de recursos



O consórcio Novo Litoral venceu o leilão na B3, em São Paulo, e assumiu a concessão de 213,5 quilômetros de rodovias paulistas

por parte do Estado em forma de contraprestação.

A cobrança automática será feita quando o motorista passar por um dos 15 pórticos a serem instalados em todo o trecho concedido. Os usuários serão orientados a instalar adesivos nos pára-brisas. Na Padre Manoel da Nóbrega serão 12 pórticos cobrindo 125 quilômetros. A Mogi-Dutra terá dois em 16,5 km e a Mogi-Bertioga, apenas um em 41,5 km.

O parceiro privado ficará responsável por realizar melhorias nos trechos concedidos, como

a duplicação de 90 quilômetros, faixas de ultrapassagem em 10 km e acostamentos em 47, construção de 73 quilômetros de ciclovias e 27 novas passarelas.

De acordo com o diretor geral da Artesp, Milton Persoli, serão criados 24 mil postos de trabalho diretos e indiretos. "Esse leilão representa um marco no desenvolvimento da infraestrutura rodoviária estadual", disse.

Os trechos concedidos passam pelas cidades de Arujá, Itaquaquecetuba e Mogi das Cru-

zes, na Grande São Paulo; Bertioga, Santos, Praia Grande, Mongaguá e Peruibe no litoral e Itariri, Pedro de Toledo e Miracatu, no Vale do Ribeira.

O trecho entre Arujá e Mogi das Cruzes será duplicado, com três faixas em cada sentido, assim como a ligação entre Bertioga e Santos, que vai ganhar ciclovia, e o trecho entre Peruibe e Miracatu. De Praia Grande a Peruibe serão construídas marginais. Já a Mogi-Bertioga terá faixas adicionais e rampas de escape nos declives acentuados.

Este é o segundo de 13 pro-

jetos de mobilidade que serão concedidos pela gestão Tarcísio de Freitas em 2024. O primeiro, realizado em fevereiro, foi o Trem Intercidades Eixo Norte, que vai ligar a capital paulista a Campinas.

No leilão, o governador lembrou que, na sexta-feira, 19, acontecerá o leilão de privatização da geradora de energia Emae. Anunciou ainda o início das obras do Rodoanel Norte para o próximo dia 25.

"Infraestrutura é um negócio que se faz em conjunto", afirmou, destacando a participação da ini-

ciativa privada em obras públicas. "É um ambiente que tem seus desafios, mas nosso programa está se tornando realidade. A da Emae será a primeira privatização do nosso governo. Logo teremos boas notícias também sobre isso", afirmou.

Tarcísio de Freitas avaliou positivamente a vitória do Consórcio Novo Litoral na disputa pela concessão rodoviária do Lote Litoral Paulista. De acordo com ele, mesmo não sendo uma companhia de grande porte ou de tradição no mercado, a vencedora tem "toda de condição de fazer um bom trabalho".

Tarcísio afirmou que o grupo, formado pela Companhia Brasileira de Infraestrutura (CBI) e Construtora Laços Detetores e Eletrônica (CLD), tem se saído bem nas concessões que opera no Mato Grosso. Além disso, está bem posicionada no litoral.

O governador disse ainda que, por se tratar de uma concessão pequena, com cerca de 200 quilômetros, é mais difícil atrair grupos tradicionais do setor. "Às vezes é um desafio para empresas maiores conseguirem margem para entrar em contratos com essas características. Isso favorece consórcios menores", explicou.

Tarcísio considera que o desconto oferecido pelo consórcio ganhador é razoável e veio "dentro da conta". Para o político, o número é suficiente para que as contas fechem. "Em alguns casos, um desconto muito alto preocupa, porque pode significar destruição de valor", afirmou.

O governador defendeu que haja geração de receita para fazer os investimentos necessários. "Um desconto muito alto pode acabar gerando destruição de caixa, o que dificulta o cumprimento de obrigações financeiras e objetivos da concessão", disse.

DIVERSIDADE

Web Summit Rio 2024 bate recorde de startups fundadas por mulheres

O Web Summit Rio recebeu um recorde de 45% de startups fundadas por mulheres em seu programa de startups no segundo evento anual no Rio de Janeiro. Esta é a maior proporção de startups fundadas por mulheres em qualquer evento do Web Summit em sua lista global, e é mais que o dobro da proporção que houve no Web Summit Rio 2023.

"O fato de termos o maior encontro de startups fundadas por mulheres na América do Sul é uma prova da diversidade na região, e espero que durante todo o evento elas possam se encontrar com os investidores e parceiros necessários para o crescimento desses negócios", afirmou o fundador e CEO Paddy Cosgrave.

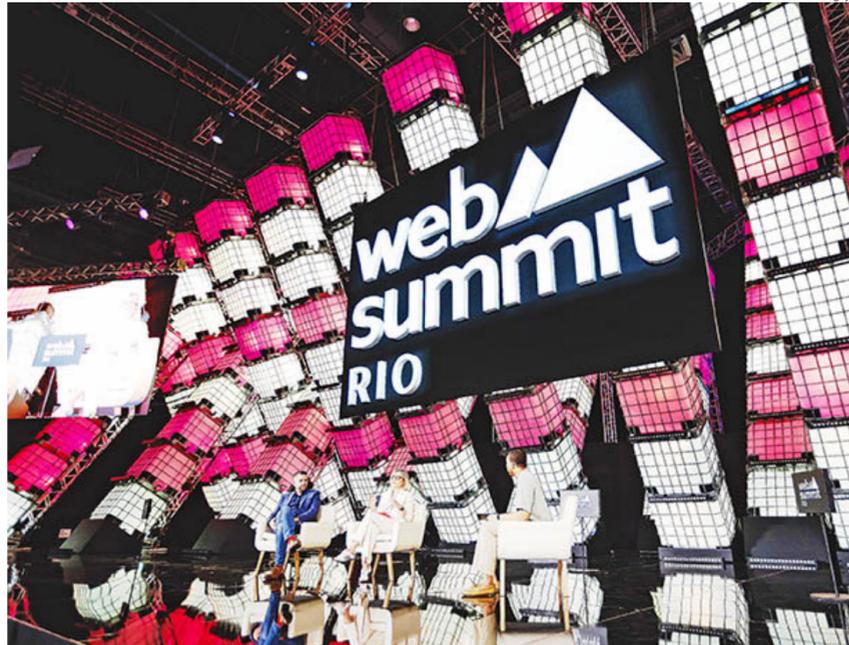
"Este é o nosso evento Web Summit de crescimento mais rápido de todos os tempos, e poucos destinos são tão vibrantes e emocionantes quanto o Rio de Janeiro para sediar um evento. Um aumento de quase 60 por cento é um recorde e mostra mais uma vez o desejo de

construir empresas que irão perturbar a forma como trabalhamos e vivemos", continuou.

O Web Summit Rio esgotou oficialmente na semana anterior ao evento, e o número de participantes aumentou quase 60 por cento, com 34.397 pessoas de 102 países vindo ao Riocentro para o evento de três dias.

Semanas antes do início do Web Summit Rio, a iniciativa Women in Tech, programa de desenvolvedores, programa de startups e espaço de exposição também esgotaram. O espaço físico do evento aumentou aproximadamente 25% em relação ao ano passado, atendendo aos quase 13.000 participantes adicionais.

1.066 startups de 42 países ao redor do mundo estão expondo no Web Summit Rio, representando 31 indústrias. Quase 16 por cento das startups participam através do programa Impact do Web Summit, que apresenta startups que se alinham com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, incluindo alterações climáticas, direitos humanos, edu-



O Web Summit Rio esgotou oficialmente na semana anterior ao evento, e o número de participantes aumentou quase 60%

cação e muito mais. 175 parceiros – incluindo Salesforce, Huawei, Grindr, IBM, SAP, Itaú e Udemy –

estão expondo no evento para explorar oportunidades nas economias tecnológicas em rápido crescimento no Brasil

e na América Latina.

As delegações comerciais vieram de todos os cantos do mundo – incluindo Angola,

Áustria, Estônia, Finlândia, Hong Kong e Países Baixos – para ligar e explorar oportunidades de negócios globais.

O Web Summit Rio também faz parceria com organizações, empresas e agências que apoiam e priorizam pessoas sub-representadas na indústria de tecnologia.

Os parceiros comunitários do Web Summit Rio incluem a Casablack, um centro de cultura negra e inovação criado para inspirar e capacitar as pessoas através de conquistas, cultura, entretenimento, tecnologia e criatividade negra; Rede Mulher Empreendedora, que realizará uma mesa redonda sobre a criação de ambientes inclusivos e equitativos para mulheres em STEM; e Academia Transfero.

A Web Summit anunciou recentemente seu novo comitê diretor composto apenas por mulheres para supervisionar iniciativas de Impacto em startups, parcerias e programas de investidores.

Juntamente com os 16 por cento de startups Impact no evento, a iniciativa Impact inclui parcerias com Re:wild, que é apoiada por Leonardo DiCaprio e trabalha para proteger e restaurar a biodiversidade; Fundação Mundial para o Clima, a maior e mais influente plataforma global de ação climática do mundo; e Djassi Africa, que trouxe 24 startups fundadas por negros do Brasil para o Web Summit Rio.



TDSP PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ - 08.353.509/0001-20



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	14	(383)	221.756	172.168
Custo dos imóveis vendidos	14	-	(157.151)	(128.384)
Resultado bruto	-	-	64.605	43.804
Despesas (receitas) operacionais	14	(8.491)	(15.996)	(13.911)
Despesas administrativas, gerais e tributárias	14	(8.491)	(15.996)	(13.911)
Outras receitas operacionais, líquidas	15	1.127	8.964	5.847
Equivalência patrimonial	7	52.864	38.410	-
Resultado financeiro	16	45.117	38.876	(20.449)
Recursos financeiros	16	13.641	9.996	26.148
Despesas financeiras	16	(10.116)	(17.799)	(18.952)
Lucro antes do provisão para imposto de renda e contribuição social	17	3.625	(7.003)	15.504
Imposto de renda e contribuição social	17	-	(99)	(4.333)
Correntes	17	-	-	(1.810)
Diferidos	17	-	(99)	(6.143)
Resultado líquido do exercício	17	48.742	30.974	53.517
Lucro líquido do exercício atribuído aos cotistas controladores	17	48.742	30.974	53.517
Lucro líquido do exercício atribuído aos cotistas não controladores	-	-	-	4.775
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	-	-	-	3.348

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	48.742	30.974	53.517	34.322
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	48.742	30.974	53.517	34.322
Participação dos controladores	-	-	48.742	30.974
Participação dos não controladores	-	-	-	4.775
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	-	-	-	3.348

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais	48.742	30.974	53.517	34.322
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	326	502	326	502
Depreciações e amortizações	-	(5.032)	-	(5.032)
Juros sobre arrendamento	34	80	34	80
Garhamento de equivalência patrimonial	(52.864)	(38.410)	-	-
Resultados em participações societárias	(959)	-	-	-
Perda esperada no contas a receber e provisão para distrito	-	-	(1.057)	(745)
Provisão para riscos	-	-	204	3.527
Outras provisões	117	76	116	75
Impostos diferidos	(2.669)	9.222	(2.669)	9.222
Provisão para redução ao valor recuperável de estoques	-	-	-	112
Variações nos ativos e passivos:	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	1.718	(1.718)	(81.415)	43.098
Imóveis destinados à venda	-	-	26.635	(38.621)
Impostos a recuperar	435	(673)	(407)	(1.292)
Outros ativos	1.287	(1.351)	836	(1.307)
Outros passivos	(202)	106	(6.323)	7.303
Operações trabalhistas e previdenciárias	144	144	64	64
Impostos e contribuições a recolher	12	187	4.369	7.404
Partes relacionadas	23.046	(85.246)	26.106	(42.182)
Outros passivos	27	(103)	1.235	440
Adiantamentos de clientes	-	-	(11.366)	(22.129)
Juros pagos	-	-	(7.326)	(4.486)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(99)	(6.637)	(7.511)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	19.194	(91.312)	4.098	(25.170)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(24.817)	11.146	-	-
Doações (aumento) de capital em controladas/coligadas	64.871	30.207	-	-
Divididos recebidos de controladas	(38)	(68)	(37)	(68)
Adquisição de imobilizado e intangível	-	6.000	-	6.000
Venda de participação societária	40.016	47.285	(37)	5.932
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	-	-	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-	70.396	69.379
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	(16.265)	(77.264)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-	68.775	68.775
Aumento de capital social	(459)	(481)	(459)	(481)
Pagamento de arrendamentos	(86.110)	(41.162)	(86.110)	(41.162)
Redução de capital de acionistas não controladores	-	-	(2.362)	(2.362)
Divididos distribuídos	-	-	(4.812)	(1.541)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento	(86.569)	27.132	(37.250)	(18.671)
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(27.359)	(16.895)	(33.189)	(37.509)
Caixa e equivalentes de caixa:	-	-	-	-
No início do exercício	31.458	48.353	132.246	170.155
No fim do exercício	4.099	31.458	99.057	132.246
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(27.359)	(16.895)	(33.189)	(37.509)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	-	-	-	-

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas	1.127	8.964	232.180	185.359
Venda de imóveis	-	-	228.333	176.385
Outras receitas	1.127	8.964	5.847	8.974
Imóveis adquiridos de terceiros	(2.376)	(1.423)	(174.675)	(140.047)
Custo dos imóveis vendidos	-	-	(157.151)	(128.384)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.376)	(1.423)	(174.675)	(140.047)
Valor adicionado bruto	(1.249)	7.541	57.505	45.312
Depreciações e amortizações	(326)	(502)	(326)	(502)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(1.575)	7.039	57.179	44.810
Valor adicionado recebido em transferência	66.505	48.406	26.148	26.886
Resultado de equivalência patrimonial	52.864	38.410	26.148	26.886
Resultados financeiros	893	9.996	7.148	8.651
Impostos diferidos	64.930	55.445	83.327	71.696
Distribuição do valor adicionado	64.930	55.445	83.327	71.696
Passivo	4.170	3.744	4.172	3.744
Remuneração direta	3.628	3.290	3.628	3.290
Benefícios	266	242	268	242
FGTS	1.794	212	276	212
Impostos, taxas e contribuições	2.596	2.481	19.825	13.772
Federais	649	467	5.919	4.670
Municipais	62	3	1.188	451
Remuneração de capitais de terceiros	10.424	18.246	11.813	19.858
Juros	10.016	17.799	10.644	18.962
Aluguéis	406	447	1.169	956
Lucro líquido - Participações próprias	48.742	30.974	53.517	34.322
Lucro líquido - Participação dos controladores	48.742	30.974	48.742	30.974
Lucro líquido - Participação dos não controladores	-	-	-	4.775
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	-	-	-	-

7. Investimentos - 7.1. A movimentação dos investimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 pode ser assim apresentada:

Saldo em 31/12/2022	Aumento (redução) de capital	Equivalência patrimonial (a)	Distribuição / devolução de lucros		Saldo em 31/12/2023
			AFAC	AFAC	
Investimento em controladas:	-	-	-	-	-
Imobiliários LTDA	(2.082)	-	295	3.862	189
TDSP - Alta Vista I Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários LTDA	(147)	-	(202)	1.433	1.084
TDSP - Alta Vista II Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	(40.712)	-	32.604	(37.353)	35.963
TDSP - Alta Vista III Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	(171)	-	(171)	330	371
TDSP - Alta Vista IV Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	(623)	-	(77)	450	1.159
TDSP - Bela Vista Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	12.444	-	(1)	-	12.665
TDSP - Carolina Ribeiro Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	2.346	-	2.298	(2.864)	1.780
TDSP - Costa Junior Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	51.743	7.236	(16)	-	58.963
TDSP - Dionisio da Costa Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	29.143	1.405	(66)	-	30.482
TDSP - Elias de Moraes Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	(75)	5	(2)	165	74
TDSP - Elis de Moraes Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários LTDA	(195)	-	138	150	93
TDSP - Fernandes Moreira Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	(115)	-	124	72	81
TDSP - Furnas Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	36.367	6.680	(3.790)	-	41.257
TDSP - Galeno de Castro Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	51.057	-	11.690	(5.520)	61.943
TDSP - Gilberto Sabino Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	(7.039)	-	(15)	-	(7.054)
Empreendimentos Imobiliários LTDA	-	-	630	(500)	135
TDSP - Guaxupé Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	45	-	(9)	(176)	300
TDSP - Maranhão Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	(749)	-	630	129	649
TDSP - Maria de Jesus Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	479	-	(2.312)	2.878	243
TDSP - Nilso Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	(2.621)	-	2.472	13.779	13.560
TDSP - Princess Isabel Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	33.422	-	9.325	(13.588)	29.159
TDSP - Verum Moxa Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários LTDA	(51)	-	23	147	8
TDSP - Volta Redonda Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	533	-	56	(124)	465
TDSP - Zambóia Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	298	-	57	-	355
TDSP - 20 Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	155	175	1	-	331
TDSP - 23 Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	(2)	10	(1)	-	340
TDSP - 24 Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	-	10	(2)	-	8
Total dos investimentos em controladas	246.585	15.521	53.823	(36.370)	288.496
Total dos investimentos em controladas e coligadas	259.812	-	-	-	295.549
Total do provisão para perdas em investimentos	(13.227)	-	-	-	(7.054)
Total dos investimentos em controladas e coligadas e provisão para perdas em investimentos	246.585	15.521	53.823	(36.370)	288.496
Investimento em controladas:	-	-	-	-	-
Imobiliários LTDA	(403)	-	(1.957)	-	(2.082)
TDSP - Alta Vista I Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	510	-	(657)	-	(147)
TDSP - Alta Vista II Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	12.338	-	28.374	-	40.712
TDSP - Alta Vista III Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	(62)	-	(89)	-	(151)
TDSP - Alta Vista IV Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	556	-	67	-	623
TDSP - Bela Vista Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	12.273	-	(33)	-	12.240
TDSP - Carolina Ribeiro Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	21.653	(22.800)	8.434	(4.941)	2.346
TDSP - Costa Junior Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	51.787	-	(44)	-	51.743
TDSP - Dionisio da Costa Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	156	28.994	(7)	-	29.143
TDSP - Dionisio da Costa Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	(11)	9	(2)	(71)	(75)
TDSP - Direitos Humanos Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	256	(371)	(80)	-	(195)
TDSP - Elias de Moraes Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	90	(160)	(45)	-	(115)
TDSP - Fernandes Moreira Empreendimentos	-	-	-	-	-
Imobiliários SPE LTDA	20.416	16.020	(69)	-	36.367

7.2. A movimentação dos investimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pode ser assim apresentada:

Saldo em 31/12/2021	Aumento (redução) de capital	Equivalência patrimonial	Distribuição / devolução de lucros		Saldo em 31/12/2022
			AFAC	AFAC	
Investimento em controladas:</					

TEIXEIRA DUARTE

TDSP PARTICIPAÇÕES LTDA.



Imposto de renda e contribuição social no resultado table with columns for tax type and amounts.

Main balance sheet table for TDSP Participações Ltda. showing assets and liabilities.

Controladora - Passivo table showing consolidated liabilities.

Income statement table showing revenue, expenses, and profit.

7.3. As participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

Summary table of subsidiaries with columns for participation percentage and results.

Controladora - Passivo table showing consolidated liabilities.

19. Instrumentos financeiros - A administração da Empresa adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus recursos.

8. Empréstimos e financiamentos

Table of loans and financing with columns for annual encargos and interest rates.

12. Patrimônio líquido - Capital social

Table of equity and capital social with columns for different types of shares.

19. Instrumentos financeiros - A administração da Empresa adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus recursos.

9. Adiantamentos de clientes

Table of advance payments from clients with columns for 2023 and 2022.

13. Receita operacional líquida

Table of net operating revenue with columns for 2023 and 2022.

Controladora table showing consolidated financial data.

Table of financial ratios and indicators.

10. Provisões para riscos trabalhistas e civis

11. Partes relacionadas - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos no balanço patrimonial apresentam os seguintes valores:

Table of related parties with columns for 2023 and 2022.

14. Custos e despesas por natureza

Table of costs and expenses by nature with columns for 2023 and 2022.

16. Resultado financeiro

Table of financial result with columns for 2023 and 2022.

17. Imposto de renda e contribuição social

Table of income tax and social contribution with columns for 2023 and 2022.

18. Resultado operacional líquido

Table of net operating result with columns for 2023 and 2022.

Table of financial ratios and indicators.

Table of financial ratios and indicators.

Table of financial ratios and indicators.

a) Contrato de mútuo de saldo rotativo com vencimento em julho/2024.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Empresa, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia.

Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Extrato da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada no Dia 27/02/2024

Em 18/03/2024, às 10h, em terceira convocação, de forma digital, por meio de sistema de voto à distância devidamente disponibilizado pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo ("Cooperativa"), situada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, ala A-1, 12º andar, sala 02, Vila Gertrudes, SP/SP, CEP 04794-000, nos termos do artigo 43-A, § 3º, da Lei nº 5.764/71 c/c Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020.

Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária - realizada no Dia 18/03/2024

Em 18/03/2024, às 10h, em terceira convocação, de forma digital, por meio de sistema de voto à distância devidamente disponibilizado pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo ("Cooperativa"), situada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, ala A-1, 12º andar, sala 02, Vila Gertrudes, SP/SP, CEP 04794-000, nos termos do artigo 43-A, § 3º, da Lei nº 5.764/71 c/c Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020.

NIBLAK PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ nº 04.047.019/0001-44

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Relatório da Administração: Apresentamos as demonstrações financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, compreendendo Balanço Patrimonial, Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

Balanço Patrimonial	2023		2022		Balanço Patrimonial	2023		2022		Demonstrações do Resultado		2023		2022	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativo/Circulante					Passivo/Circulante					Despesas Operacionais					
Aplicações financeiras	9.588	10.593			Impostos a recolher	1.066	397			Despesas administrativas	(9.790)	(8.075)			
Outros ativos	3.745	790			Obrigações sociais e trabalhistas	169	169			Resultado Financeiro					
Impostos a compensar	1.317	843			Dividendos a pagar	2.498	527			Receitas financeiras	13.531	7.591			
Total Ativo Circulante	14.650	12.227			Outros exigíveis a curto prazo	277	332			Despesas financeiras	(5)	(673)			
Não Circulante					Total Passivo Circulante	4.010	1.425			Equivalência Patrimonial					
Investimentos					Clas. Pagar Emp. Associadas					Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	63.465	122.628			
Empresas Controladas/Coligadas					Contas a pagar - empr. associadas	14.359	14.857			Imposto de renda pessoa jurídica	(1.728)	(720)			
Investimento valor patrimonial	347.158	292.446			Total Passivo Não Circulante	14.359	14.857			Contribuição social sobre o lucro	(624)	(261)			
Deságio	(8.657)	(8.657)			Patrimônio Líquido					Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	61.113	121.647			
Total Ativo Não Circulante	338.501	283.789			Capital social	24.264	24.264			Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação - R\$	2,52	5,01			
Reserva de capital					Reserva de capital	(5.704)	(6.836)								
Reserva legal					Reserva legal	4.853	4.853								
Reservas de lucros					Reservas de lucros	268.243	234.021								
Ajustes de avaliação patrimonial					Ajustes de avaliação patrimonial	46.619	27.412								
Ações em tesouraria					Ações em tesouraria	(3.433)	(3.928)								
Total do Patrimônio Líquido	338.501	283.841			Total do Patrimônio Líquido	338.441	279.785								
Total do Ativo	353.210	296.068			Total do Passivo e Patrimônio Líquido	353.210	296.068								

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Reservas de Lucros

Saldo em 31 de Dezembro de 2021	Capital Social	Reserva de Reavaliação Reflexa	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Reserva de Lucros Reflexa	Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa	Ações em Tesouraria Reflexa	Resultados Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
24.264	24.264	(7.452)	2.375	105.193	41.055	2.610	-	-	163.783
		616	-	(70.816)	70.816	24.802	334	-	25.751
		-	-	(30.869)	-	-	-	-	(30.869)
		-	-	(527)	-	-	-	-	(527)
		-	-	-	-	-	-	121.647	121.647
		-	-	2.478	-	-	-	(2.478)	-
		-	-	-	-	-	-	(119.169)	-
		-	-	119.169	-	-	-	-	119.169
		(6.836)	4.853	122.150	111.871	27.412	(3.928)	-	279.785
		1.131	-	(30.375)	30.375	19.207	494	-	20.833
		-	-	(24.392)	-	-	-	-	(24.392)
		-	-	(2.498)	-	-	-	-	(2.498)
		-	-	-	-	-	-	61.113	61.113
		-	-	-	-	-	-	(61.113)	-
		-	-	61.113	-	-	-	-	61.113
		(5.705)	4.853	125.997	142.245	46.619	(3.433)	-	334.841

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Atividade Social: A Companhia tem por objeto a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades. **2. Elaboração das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo os critérios estabelecidos na Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 (MP nº 449/08). **3. Modificação das Práticas Contábeis:** Apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa, a partir do ano de 2008 em substituição à apresentação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, como requerida pela Lei das S.A. **4. Principais Práticas Contábeis Adotadas:** a) **Auração do Resultado:** O resultado é apurado segundo o regime de competência do exercício. b) **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras estão representadas por aplicações de liquidez imediata e registradas pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Esses valores estão apresentados como caixa equivalente. c) **Investimentos:** O investimento em empresa coligada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Com a aplicação da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09 (MP 449/08) a sociedade passou a aplicar o método de equivalência patrimonial em sua coligada Klabin S/A pelo critério de influência significativa.

5. Investimento em Empresa Controlada/Coligada:

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Dividendos recebidos 170.483

Equivalência patrimonial em 31.12.22 A crédito de reservas (36.232)

Equivalência patrimonial em 31.12.22 A crédito de resultados 25.752

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Dividendos recebidos 123.786

Equivalência patrimonial em 31.12.23 A crédito de reservas (25.849)

Equivalência patrimonial em 31.12.23 A crédito de resultados 20.833

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Dividendos recebidos 59.727

Equivalência patrimonial em 31.12.23 A crédito de resultados 339.501

Posição em 31.12.23

Capital social 13.732.530

Participação % 5,280%

6. Capital: O capital social é composto de 24.263.522 ações ordinárias, sem valor nominal. **7. Dividendos:** Foram pagos dividendos no valor total de R\$ 24.392 mil "ad referendum" da AGO.

Diretoria

Vera Lafer
Francisco Lafer Pati
Eduardo Lafer Piva

Graziela Lafer Galvão
Israel Klabin
Daniel Miguel Klabin

Wolff Klabin
Líliá Klabin Levine

Contador

Marcos Azevedo de Lima: CRC ISP 166.764/O-1

Companhia Agrícola Usina Jacarezinho

CNPJ nº 61.231.478/0001-17

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Submetemos à Vossa apreciação, em conformidade às disposições legais e estatutária, as Demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022	2023		2022		Passivo	2023		2022		Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022		2023		2022	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora		Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Ativo					Emprestimos e financiamentos	47.770	55.604	40.188	44.874	Receita Operacional Líquida	707.554	652.983	707.686	652.547	
Caixa e equivalentes de caixa	68.093	60.089	67.007	58.250	Derivativos	78.821	73.705	75.057	71.557	Varição valor justo ativo biológico	310	(552)	-	-	
Clientes	-	275	-	275	Arrendamentos	4.322	9.174	4.322	9.174	Custo dos produtos vendidos	(549.247)	(489.951)	(607.490)	(540.807)	
Contas correntes - Cooperativa	84.005	75.867	84.005	75.867	Repasse contigências - Cooperativa	14.480	10.466	1.806	1.731	Resultado Bruto	158.617	162.480	100.196	111.740	
Estoques	159.978	165.581	154.180	159.826	Mútuo - Cooperativa	2.374	-	2.374	-	Despesas com vendas	(1.465)	(817)	(1.465)	(817)	
Adiantamento a fornecedores	14.823	15.935	21.714	35.951	Outros impostos a recolher	10.311	10.341	4.587	4.783	Despesas administrativas	(24.655)	(20.719)	(16.591)	(13.858)	
IRPJ e CSLL a recuperar	6.532	4.117	6.271	4.112	Empresas ligadas	493	2.045	321	1.703	Outras receitas e despesas	49.681	54.181	54.514	56.871	
Outros impostos a recuperar	20.734	26.558	17.656	23.220	Outras contas	5.247	5.247	5.247	5.247	Resultado antes de Equivalência, Resultado Financeiro e Impostos	182.178	195.125	136.654	153.936	
Derivativos	340	166	340	166	Passivo Circulante	166.897	172.202	136.436	142.781	Resultado da equivalência patrimonial	9.289	21.178	31.102	43.938	
Ativo Biológico	32.651	35.435	-	-	Emprestimos e financiamentos	381.900	398.414	372.755	389.822	Resultado antes de Resultado Financeiro e Impostos	191.467	216.303	167.756	197.874	
Dividendos Antecipados	31.921	35.520	31.921	35.520	Derivativos	2.285	8.845	2.285	8.845	Receitas financeiras	(75.558)	(69.113)	(63.990)	(58.175)	
Empresas ligadas	3.278	14.442	3.278	14.442	Arrendamentos	134.022	132.435	2.155	2.476	Despesas financeiras	23.807	26.321	23.435	25.831	
Outros créditos	8.118	12.238	10.274	13.749	Adiantamento de produção - Cooperativa	66	66	66	66	Resultado antes dos Impostos	115.909	147.190	103.786	139.699	
Ativo Circulante	430.473	446.223	396.646	421.378	Repasse contigências - Cooperativa	15.942	19.170	15.942	19.170	Imposto de renda e contribuição social	(23.993)	(36.504)	(12.350)	(24.076)	
Outros impostos a recuperar	17.224	6.448	15.085	6.225	Mútuo - Cooperativa	6.272	5.741	6.272	5.741	Correntes	(16.789)	(21.592)	(16.994)	(21.592)	
Derivativos	16.544	15.915	16.544	15.915	Impostos diferido	43.949	32.592	5.815	6.306	Diferidos	(7.204)	(14.912)	4.644	(2.484)	
Depósitos judiciais	69.072	69.282	68.854	68.944	Provisões para contingências	64.434	68.821	64.343	68.491	Resultado Líquido do Exercício	91.916	110.686	91.416	115.623	
Adiantamento a fornecedores	865	1.520	865	1.520	Empresas ligadas	30.611	36.907	30.611	36.907						
Empresas ligadas	46.011	79.665	46.011	74.294	Outras contas	878	827	827	827						
Outros créditos	5.132	16	5.116	-	Passivo não Circulante	680.359	703.869	501.071	538.651						
Realizável a longo prazo	154.848	172.846	152.475	166.898	Total do Passivo	847.256	876.071	637.507	681.432						
Investimentos	72.329	73.127	226.124	210.347	Capital social	135.000	115.000	135.000	115.000						
Outros investimentos	4.037	4.052	4.037	4.052	Reserva de reavaliação	35.190	35.510	35.190	35.510						
Direito de Uso	133.694	131.835	3.725	3.961	Reservas de lucros	203.818	182.210	208.348	184.211						
Imobilizado	462.269	409.728	269.687	238.855	Outros resultados abrangentes	5.880	(5.088)	5.880	(5.088)						
Intangível	1.415	1.412	1.152	1.094	Dividendos Adicionais	31.921	35.520	31.921	35.520						
Ativo não Circulante	828.592	793.000	657.200	625.207	Patrimônio Líquido	411.809	363.152	416.339	365.153						
Total do Ativo	1.259.065	1.239.223	1.053.846	1.046.585	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.259.065	1.239.223	1.053.846	1.046.585						

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Saldo em 31/12/2021	Reserva Reavaliação		Reserva Lucros		Lucros acumulados	Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios	Patrimônio líquido
	Capital Social	Próprá	Reflexa	Legal			
63.000	4.305	31.595	12.600	146.045	24.041	- 5.554	288.301
Deliberações AGE 2022	52.000	-	-	(52.000)	-	-	(14.014)
Dividendos/Grupo de ações prescritos	-	-	-	-	-	-	314
Grupo de ações prescritos - Reflexa	-	-	-	-	-	-	88
Realização da reserva própria	-	(360)	-	-	-	-	360
Reserva reflexa	-	-	(30)	-	-	-	30
Varição de participação - Copersucar	-	-	-	-	-	(1.202)	(1.202)
Derivativos	-	-	-	-	-	1.668	1.668
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	115.623
Destinação de lucros:							
Constituição de reserva legal	-	-	5.781	-	-	(5.781)	-



GPC QUÍMICA S.A.
CNPJ/MF Nº 90.195.892/0001-16

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório dos auditores independentes, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

Balanco Patrimonial - Em milhares de reais - R\$
31/12/2023 31/12/2022
Ativos Circulante, Bens Destinados a Venda, Não circulante, Total do ativo

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais - R\$
Receita operacional líquida, Lucro bruto, Lucro operacional, Resultado financeiro, Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais - R\$
Lucro líquido do exercício, Resultado abrangente Total

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais - R\$
Reservas de Lucro

Capital social, Ações em Tesouraria, Ajuste de avaliação patrimonial, Reserva legal, Reserva de Incentivos Fiscais, Reservas estatutárias, Dividendos adicionais propostos, Lucros acumulados, Total

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais - R\$ (Exceto quando indicado de outra forma)
1. Informações gerais: A GPC Química S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, com sede à Rua do Passeio, 70, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, Brasil, tem como objetivo principal a produção de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída...

DOTUM PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 28.453.633/0001-74 - NIRE 33.3.0032428-3
Ata da Assembleia Extraordinária. 1. Hora, Data e Local: Às 12h do dia 26/05/2023, na sede social da Cia., localizada Rua São José nº 20, sala 901, parte, Centro, na Cidade e Estado do RJ. 2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação prévia, conforme disposto no § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), haja vista a presença da totalidade dos acionistas da Cia., conforme Lista de Presença (Anexo II).

FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.
CNPJ/MF Nº 01.629.083/0001-45
CONVOCAÇÃO
Conforme previsto no Art. 8º do Estatuto Social da Cia., combinado com o disposto no Art. 123 da Lei 6.404/76, convocamos os Srs. Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária da Ferrovia Tereza Cristina S.A., a realizar-se em sua sede, na Avenida das Américas, 700, Bloco I, sala 306, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, às 14:00 horas do dia 30/04/2024, em 1ª convocação, visando deliberar sobre as matérias elencadas no art. 132 da Lei 6.404/76. Rio de Janeiro, RJ, 12 de abril de 2024. Benony Schmitz Filho - Presidente do Conselho de Administração.

GYSOLITE DO BRASIL S/A
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GESSO
CNPJ/ME 33.965.146/0001-20 - NIRE nº 33 3 0016203 8
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação
Ficam convocados os Senhores Acionistas da Gyssolite do Brasil S/A Indústria e Comércio de Gesso, convocados para se reunirem no dia 24 de abril de 2024, às 08:00 horas, em chamada única e de modo digital, através da plataforma de videochamadas "Zoom", cujo link será encaminhado após a confirmação de presença através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, devendo no mesmo ato informar o nome completo, RG, CPF e e-mail do solicitante, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 01. Tomar conhecimento, discutir e aprovar o balanço social encerrado em 31 de dezembro de 2023. 2. Eleição dos membros da diretoria para mandato no período de 30 de abril de 2024 a 29 de abril de 2027. Duque de Caxias, 16 de abril de 2024. Enaida Melo Cruz - Diretora Presidente.

2.1 (h) Ativo Imobilizado: Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada pelas perdas por "impairment", quando aplicável. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra. Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Tabela com 3 colunas: Descrição, Vida Útil, Valor. Inclui Imóveis, Máquinas e Instalações industriais, Móveis e utensílios, Veículos, Computadores e periféricos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. 2.1 (i) Redução ao valor recuperável de ativos: O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, haverá uma perda por desvalorização gerando com isto um ajuste no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. 2.1 (j) Contas a pagar - Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.1 (k) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Empréstimos e Financiamentos: A companhia contrata Swap para determinados empréstimos e financiamentos conforme nota 2.2 (e). Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo. 2.1 (l) Provisões para contingências: Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperada para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota 2.3. 2.1 (m) Imposto de renda e contribuição social: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avista, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. 2.1 (n) Lucro líquido por ação: Lucro líquido por ação é calculado com base no CPC 41/IAS 33. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício. O Lucro líquido por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. 2.1 (o) Capital social: As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. 2.1 (p) Subvenções governamentais: Subvenções e Assistências Governamentais são retidos em conta apropriada do Patrimônio Líquido (Reserva de Incentivos Fiscais) após terem sido reconhecidos na Demonstração do Resultado. 2.1 (q) Distribuição de dividendos: A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Composição do Conselho de Administração
Presidente: Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares
Vice-Presidente: Carlos Eduardo de Sá Baptista
Membro do Conselho: Carlos Alberto da Silva Lopes
Membro do Conselho: Antonio Joaquim Peixoto de Castro Palhares
Membro do Conselho: Alcides Moraes Filho
Composição da Diretoria
Diretos Presidente: Rafael Alcides Raphael
Diretor Jurídico e Administrativo Financeiro: Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares
Diretor Comercial e Industrial: Adroaldo Roberto Castronovo Carvalho
Gerente de Controladoria e Finanças - Contador
George Abi-Rihan Cordeiro - Contador - CRC-BA 01312/0-3 T-RJ
CPF nº 665.172.817-20

Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis elaboradas dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), foi emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., em 22 de março de 2024, sem modificações. A íntegra das demonstrações contábeis da Companhia e do relatório dos auditores independentes encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos que estão informados nesta publicação resumida.

GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA PORTELA
Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo. Edital de Convocação.
O Presidente do Conselho Fiscal do Grêmio Recreativo Escola de Samba PORTELA (G.R.E.S. PORTELA), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 39 do Estatuto Social e seguindo a determinação dos artigos 41 e 42, resolve CONVOCAR para o próximo dia 30 de abril de 2024 (terça-feira), com início às 19:30h, em primeira convocação, e às 20h, em segunda e última convocação, Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do G.R.E.S. Portela, em cumprimento ao artigo 37 do estatuto social, a realizar-se na Sede da Escola, Rua Clara Nunes nº 81, em Madureira, para deliberar sobre: a) vista do parecer do Conselho Fiscal sobre as contas da Administração do G.R.E.S. Portela entre os dias 1º de maio de 2023 e 31 de março de 2024; b) Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 17 de abril de 2024. Sávio Araujo Ribeiro - Presidente do Conselho Fiscal do G.R.E.S. Portela.

CAPEMISA INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL
CNPJ/MF 33.287.319/0001-07
EDITAL DE CONVOCACAO: De acordo com o que dispõem os Art. 12, "e" e 14 "a", do Estatuto da CAPEMISA Instituto de Ação Social, são convocados os Associados Efetivos para, em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se na Rua São Clemente, nº 38, 1ª andar, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, no dia 25 de abril de 2024, às 09h30min, em primeira convocação, ou às 10h, em segunda e última convocação, em formato híbrido, por meio virtual e presencial, para apreciar e deliberar sobre o Balanço e as Contas da Administração, referentes ao exercício de 2023. Rio de Janeiro, 17/04/2024. a) Maria Emília do Nascimento Maia - Presidente do Conselho Deliberativo.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código FD1D-99B6-92A5-A5366.

AQUA RIO AQUÁRIO MARINHO DO RIO DE JANEIRO S A

CNPJ-19.624.745/0001-50

Prontuário	Descrição	Vigência
Alterações a serem introduzidas no CPC 23 - Políticas contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, bem como as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.	Exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023.
Alterações no CPC 26 - Definição de materialidade	Fornecer uma nova definição acerca de materialidade da informação e influência nas decisões dos usuários das demonstrações contábeis.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.
CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12)	Trata-se da exceção temporária à contabilização dos impostos diferidos decorrentes da implantação das normas e dos requisitos de divulgação direcionados para as empresas afetadas.	Exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023.

3. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis significativos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. **Estimativas e premissas:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor a ser registrado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Descrevemos abaixo as principais estimativas da Companhia: Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento da Companhia e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	173	165
Banco conta movimento	264	304
Aplicações financeiras - Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	558	3.591
	995	4.060

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu

7. Imobilizado

Custo	Edificações e benfeitorias	Veículos	Animais	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Máquina e Equipamentos	Obras de arte	Total Imobilizado
Em 31 de dezembro de 2021	83.710	162	4.652	694	517	36.469	21	126.225
Baixas	4.982	5	-	(1)	-	(13)	-	(14)
Transferências	10.400	-	483	209	110	3827	-	15.029
Em 31 de dezembro de 2022	99.092	167	5.135	1.029	627	35.169	21	141.240
Baixas (*)	(130)	-	-	-	-	-	-	(130)
Adições	2.263	-	185	451	119	1.348	-	4.366
Em 31 de dezembro de 2023	101.225	167	5.320	1.480	746	36.517	21	145.476

Depreciação	Edificações e benfeitorias	Veículos	Animais	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Máquina e Equipamentos	Obras de arte	Total Imobilizado
Em 31 de dezembro de 2021	(12.527)	(162)	(3.860)	(395)	(186)	(18.374)	-	(35.504)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações	(4.122)	(1)	(652)	(125)	(57)	(3.514)	-	(8.471)
Em 31 de dezembro de 2022	(16.649)	(163)	(4.512)	(519)	(243)	(21.888)	-	(43.974)
Baixas	11	-	-	-	-	-	-	11
Depreciações	(4.942)	(1)	(304)	(150)	(68)	(3.594)	-	(9.059)
Em 31 de dezembro de 2023	(21.580)	(164)	(4.816)	(669)	(311)	(25.482)	-	(53.022)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	82.443	4	623	510	384	13.281	21	97.266
Saldo em 31 de dezembro de 2023	79.645	3	504	811	435	11.035	21	92.454

(*) Valores baixados referentes descontinuação do projeto do parque da Mônica. (**) As adições ocorridas no exercício referem-se basicamente a gastos com obras efetuados no aquário para revitalização e estruturação do sistema anticorrosivo. **8. Fornecedores.** O saldo de fornecedores em aberto no valor de R\$ 4.177 em 31 de dezembro de 2023 (R\$4.332 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a obrigações a pagar para atividades recorrentes e operacionais da empresa, incluindo prestação de serviços, compra de mercadorias para revenda e aquisição de bens para o ativo intangível e imobilizado. O fluxo de pagamento estimado é de 91% deste valor em até 30 dias, 7% no mês seguinte e 2% acima de 60 dias, mas abaixo de 90 dias, tendo sua liquidação total ainda no primeiro trimestre de 2024. Neste valor estão incluídos R\$ 66 com a Cataratas, R\$ 53 com a Paineiras e R\$ 27 com o RioZoo referente a notas de débito e repasses a serem realizados associados a venda de ingressos de outros atrativos.

9. Empréstimos e debêntures

Modalidade	2022	Adições / Aquisições (+) / Baixas (-)	Pagamentos / de principal (-)	Paga-mento de juros (-)	Juros apropriados (+)	2023
Capital de giro	7907	-	(2.359)	(704)	693	5.537
Debêntures não-conversíveis públicas	90.290	-	(30.000)	(13.590)	13.403	60.104
Custo de captação - Debêntures	(1.509)	-	(32.359)	(14.294)	14.881	(724)
Circulante	96.688	-	-	-	785	64.917
Não circulante	20.616	-	-	-	32.510	32.407
76.072	-	-	-	-	32.407	-

Modalidade	2021	Adições / Aquisições (+) / Baixas (-)	Pagamento / de principal (-)	Paga-mento de juros (-)	Juros apropriados (+)	2022
Capital de giro	10.046	-	(2.129)	(936)	926	7907
Debêntures não-conversíveis públicas	90.314	-	-	(13.525)	13.501	90.290
Custo de captação - Debêntures	(657)	(1.245)	-	-	393	(1.509)
Circulante	99.703	(1.245)	(2.129)	(14.461)	14.820	96.688
Não circulante	2.488	-	-	-	20.616	20.616
97.215	-	-	-	-	76.072	-

a) **Informações sobre os empréstimos.** Os empréstimos possuem vencimento máximo em dezembro de 2025, com juros pré-fixados de 10,69% ao ano, e parcelas com vencimento mensal com juros pagos recorrentemente no decorrer do ano, taxas praticadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022. b) **Captações de debêntures.** Em dezembro de 2019 a Companhia procedeu com a 11ª emissão de debêntures não conversíveis, no valor de R\$90.000, com recebimento líquido dos recursos apenas em janeiro de 2020, sendo liquidada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis. A 11ª emissão de debêntures possui custo pós-fixado de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e custo pré-fixado médio de 2,30% ao ano até junho de 2022, com a repactuação a taxa passou a ser 3,50% ao ano. Os pagamentos do principal ocorrerão de forma semestral a partir de 2023, já os juros são realizados pagamentos semestrais desde a assinatura da escritura. Com as garantias a seguir para 11ª emissão de debêntures: (1) Cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Aqua-Rio Aquário Marinho do Rio de Janeiro S.A. (2) Fiança cedida pelo Grupo Cataratas. Ao longo do exercício de 2020 a Companhia fez a captação de R\$ 10.000, com custo pré-fixado em 10,69% a.a. com pagamentos de 60 parcelas mensais, sendo a última em dezembro de 2025. c) **Cláusulas restritivas ("covenants").** A emissão da 11ª debêntures não conversíveis, em dezembro de 2019, no valor de R\$90.000 pela controlada Aqua-Rio Aquário Marinho do Rio de Janeiro S.A. possui cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros. A 11ª emissão de debêntures possui cláusulas restritivas vinculadas à manutenção do índice financeiro e não financeiros, exclusivamente do emissor, conforme índice financeiro demonstrado abaixo: 1. Cálculo da dívida líquida pelo Ebitda, cujo índice financeiro é obtido pela divisão da dívida líquida pelo Ebitda, o índice deve ser igual ou inferior a 3; Em 31 de dezembro de 2023, a administração da Companhia avaliou que foram atendidos os índices financeiros mencionados acima. d) **Garantias.** Em relação a décima primeira debêntures foi oferecido como garantia da emissão de debêntures: Cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Aqua-Rio Aquário Marinho do Rio de Janeiro S.A. A Garantia fiduciária dos avalistas apenas em caso de inadimplemento do titular. d) **Cronograma de amortização da dívida de longo prazo**

	2023	2022
2024	-	14.104
2025	32.407	61.968
	32.407	76.072

A Administração acompanha os requerimentos mensalmente, a fim de verificar índices de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2023. O EBITDA utilizado para cálculo dos covenants financeiros segue as definições previstas nos contratos de empréstimo. O "EBITDA" corresponde a um dos principais indicadores da Empresa, pelo fato de ser uma métrica importante de performance e covenants (empréstimos) para os usuários das demonstrações contábeis. Para fins de atendimento aos termos do § 2º do artigo 2º da Instrução CVM nº 527/12, demonstramos abaixo a conciliação dos valores do cálculo do LAJIDA (EBITDA) para o exercício de 31 de dezembro de 2023.

(a) CÁLCULO DO EBITDA Aqua-Rio Aquário Marinho do Rio de Janeiro S.A.

(=) Lucro líquido do exercício	33.900
(+) Imposto de renda e contribuição social	(16)
(+) Resultado financeiro	13.989
(+) Depreciação e amortização	9.138
(=) EBITDA	57.011

(b) Índice Financeiro Aqua-Rio Aquário Marinho do Rio de Janeiro S.A.

(-) Caixa e equivalentes de caixa	(995)
(+) Empréstimos e financiamentos	64.917
(=) Dívida líquida	63.922
(=) EBITDA	57.011
Índice obtido da divisão da dívida líquida e ebitda	1,12
Índice deve ser igual ou inferior a	3,00

valor, que são remuneradas a uma taxa efetiva média entre 65% e 105% do CDI em 31 de dezembro de 2023. Em dezembro de 2022 a remuneração era de 110% do CDB.

5. Contas a receber de clientes

	2023	2022
Operadoras de cartão de crédito	8.978	7.754
Outros clientes pessoas jurídicas e sites parceiros de e-commerce	1.774	8.060
	10.752	15.814
Circulante	10.752	15.814
Não circulante	-	-
Aging:	2023	2022
A vencer até 30 dias	6.437	12.057
A vencer até 60 dias	1.860	2.472
A vencer até 90 dias	667	617
A vencer a mais de 90 dias	1.788	668
Total de a vencer	10.752	15.814
Vencidos até 30 dias	-	-
Total de vencidos	-	-

Em decorrência da 11ª emissão de debêntures foi cedido como garantia a totalidade dos direitos creditórios de titularidade da Companhia, decorrentes da realização de transações de aquisição de serviços por ela oferecidos perante as operadoras de cartão de crédito. O prazo médio de recebimento das contas a receber, representado substancialmente por operadoras de cartões de crédito é de 30 dias em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Companhia possui normas para o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas, sendo o saldo exposto ao risco advindo da possibilidade de não recebimento dos valores decorrentes de operações de venda de produtos. Com base nos requerimentos do CPC 48, a Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito dos montantes vencidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, ajustada a fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Após a avaliação histórica para estimar a perda futura, a administração da Companhia concluiu não ser necessário a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas. Por esse motivo, a administração da Companhia entende que as contas a receber estão registradas pelos valores que representam a melhor expectativa de sua liquidação. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável o recebimento integral dos valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Importante mencionar que a carteira de clientes, exceto cartões de crédito, é basicamente composta de operadoras de turismo e sites parceiros, que possuem suas relações comerciais regulamentadas através dos contratos firmados entre as partes. As operadoras e sites parceiros inadimplentes podem ter seu crédito suspenso, para congelamento da dívida e posterior negociação, sendo as novas compras liberadas mediante pagamento antecipado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foi identificada pela administração necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos esperadas.

6. Estoques

	2023	2022
Souvenires	703	682
	703	682

Os saldos de souvenires referem-se a produtos destinados à exploração comercial em pontos de venda. Não foi apresentado provisão para perda de estoque em 2023 (R\$ 3 em 2022). A Companhia não possui estoques dados em garantia.

10. Obrigações sociais a recolher

	2023	2022
Salários e bonificações a pagar	792	1.303
INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) a pagar	291	257
FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) a pagar	90	58
Provisão para férias e 13º salário	1.191	1.064
Outras obrigações trabalhistas	11	5
	2.375	2.687

	2023	2022
Pis, Cofins e CSLL retido na fonte	26	63
IRRF a recolher	69	119
ICMS a recolher	130	154
ISSQN a recolher	269	517
	570	853
	494	853

12. Provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a administração, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia, entende ser necessário atualizar a constituição de provisão para perdas decorrentes de processos cíveis e trabalhistas, classificados como prováveis, conforme quadro:

	2021	2022	2023
Classificação provável	2021	2022	2023
Cível	-	-	20
Trabalhista	40	(40)	27
	40	(40)	47

Classificação possível. Apresentamos abaixo os valores correspondentes à classificação possível em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Cível	370	39
Trabalhista	370	723
	370	762

13. Patrimônio líquido. a) **Capital social.** Em 31 de dezembro de 2023 o capital social é de R\$ 3.687 e está dividido em 12.715.514 ações ordinárias, no valor médio unitário de R\$ 0,29. Em 2022 o capital social era de R\$ 87.848 dividido em 303.035.381 ações ordinárias, no valor médio unitário de R\$ 0,29 (vinte e nove centavos). Em 29 de setembro de 2023, através da Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado a redução de capital da Companhia no montante de R\$ 84.161, mediante restituição do valor de capital integralizado, proporcionalmente às acionistas, mediante quitação de mútuos ativos em nome de RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S.A. e Cataratas do Iguaçu S.A. b) **Reserva legal.** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. Por conta da redução de capital social estabelecida em 2023, não foi constituída a reserva legal (R\$840 no ano de 2022). A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. c) **Distribuição de dividendos.** Conforme previsto em estatuto social, após a constituição da reserva legal, o lucro remanescente, ajustado pela constituição de reservas de contingências e a respectiva reversão, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem: (a) 25% será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório; e, (b) até 75% poderá ser retido com base em orçamento de capital e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. A Companhia efetuou a distribuição de dividendos em 2023 no montante de R\$ 10.046, sendo R\$ 8.475 referente a dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 5.571 referente a dividendos adicionais levantados com base em balancetes intermediários aprovados pela diretoria. Referente ao exercício de 2022 foram pagos R\$ 3.991 em 2022. **14. Partes relacionadas.** As operações com partes relacionadas da Companhia referem-se basicamente a mútuos não remunerados. As operações e negócios com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais definidas entre as partes para os respectivos tipos de operações, ou mediante pagamento compensatório condizente com a natureza de cada operação, com vencimentos futuros ao longo do ano de 2023. A remuneração da administração é realizada de forma centralizada pela sua controladora. a) **Mútuos longo prazo (ativo não circulante).** A Companhia mantém operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, o resultado de suas operações poderia ser diferente daquele obtido se tais transações fossem realizadas com partes não relacionadas. Em 31 de dezembro, os saldos e as transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

	2023	2022
Cataratas do Iguaçu S.A. (i)	-	29.373
Espaço das Américas S.A.	-	673
RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S.A. ("RioZoo") (i)	-	54.789
Eco-Iguaçu S.A. (ii)	10.991	11.124
Total das partes relacionadas	10.991	95.959

(i) Conforme mencionado na nota 13, estes montantes foram utilizados para redução de capital da Companhia. Importante destacar, que antes da redução de capital a Cataratas do Iguaçu S.A. (controladora da Companhia) efetuou a assunção da dívida e no momento seguinte reduziu capital com a quitação dos mútuos em aberto. (ii) Este montante refere-se a mútuo com a controladora Eco-Iguaçu S.A. (mesmo acionista controladora) devido ao acordo de arbitragem realizado em 2021, onde a Aqua Rio teve baixa de saldos de seu ativo imobilizado e será reembolsado através deste mútuo de sua parte relacionada. b) **Mútuos longo prazo (passivo não circulante):**

	2023	2022
Cataratas do Iguaçu S.A.	2.503	-
Paineiras corcovado Ltda.	2.600	-
Total das partes relacionadas	5.103	-

Os mútuos descritos acima possuem prazo de vencimento de 1 ano a partir da data da sua assinatura, podendo ser renovado mediante celebração de termo

aditivo. Os mútuos não possuem remuneração em razão das envolvidas serem partes relacionadas cujo acionista controlador é a Cataratas do Iguaçu S.A.. c) **Saldos a pagar e a receber com as empresas do grupo que foram listadas na rubrica de Contas a Receber e Fornecedores.**

	2023	2022
Ativo	2023	2022
Clientes a receber	1.331	7.142
RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S/A	992	6.209
Paineiras Corcovado Ltda	339	933
Passivo	2023	2022
Fornecedores	179	247
RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S/A	27	84
Paineiras Corcovado Ltda	53	103
Cataratas do Iguaçu S/A	99	60
Repasses	-	4
RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S/A	-	4
Dividendos a pagar	-	3.991
Eco-Iguaçu S/A	-	1.016
Cataratas do Iguaçu S/A	-	2.975

15. Receita líquida

	2023	2022
Receita bruta de vendas		

NOVO HORIZONTE JACAREPAGUÁ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 00.185.997/0001-00 - NIRE: 333003440055

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Cumprindo disposições estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A despeito de os números apresentados serem suficientes para evidenciar a situação econômico-financeira da empresa, colocamos-nos a inteira disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024. ANDRÉ MACHADO DE OLIVEIRA - Diretor Superintendente (CEO).		Demonstração do Resultado Consolidado encerrado em 31 de dezembro de 2023	
Balanço Patrimonial Consolidado encerrado em 31 de dezembro de 2023		Demonstração do Resultado Consolidado encerrado em 31 de dezembro de 2023	
CONTA		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante	138.069.520,02	118.896.838,47	
Disponível	15.736,63	23.490,00	
Caixa	14.361.942,97	167.900,34	
Bancos Conta Movimento	15.736,63	23.490,00	
Aplicações Financ. Liq. Imediata	5.777,21	35.119,10	
Clientes	14.340.429,13	109.291,24	
I.P.I.	24.779.773,82	27.108.366,91	
Matéria Prima	1.050.918,89	794.436,64	
Clientes Diversos	-	559.902,55	
Outros Créditos	23.728.854,93	25.754.027,72	
Outros Créditos	12.063.531,97	17.447.366,27	
Adiantamento a Fornecedores	5.536.155,91	3.477.809,30	
Adiantamento p/Compra de Imobilizado	1.826.492,18	1.806.492,18	
Adiantamentos a Empregados	199.017,07	100.532,18	
Adiantamentos para Despesas	275.543,79	43.465,17	
Outros Devedores p/Empréstimos	-	9.838.843,91	
Tributos a Recuperar/Compensar	4.141.323,02	2.180.223,53	
Adiantamentos a Sócios	85.000,00	-	
Aplicacoes Financeiras	16.256.628,50	49.522,06	
Fundos de Investimento	16.256.628,50	49.522,06	
Estoques	6.760.868,58	17.969.341,07	
Mercadorias para Revenda	2.159.140,90	4.886.692,00	
Materiais e Peças	4.601.727,68	13.082.649,07	
Não Circulante	63.846.774,18	56.154.341,82	
Realizável a Longo Prazo	6.029.181,05	5.578.501,49	
Adiantamento a Sócios	700.000,00	-	
Depósitos e Garantias	356.765,79	596.151,62	
Aplicações Financeiras	-	9.934,61	
Outros Devedores p/Empréstimos	4.972.415,26	4.972.415,26	
Investimentos	617.046,30	401.961,57	
Particip. em Outras Empresas	617.046,30	401.961,57	
Imobilizado	128.821.351,02	119.044.855,92	
Imóveis de Uso	31.183.500,00	24.940.000,00	
Imóveis Não Destinados ao Uso	10.097.300,00	10.097.300,00	
Outros Bens Não Destinados ao Uso	89.244,95	89.244,95	
Benfeitorias	1.193.551,04	1.193.551,04	
Bens Móveis	86.257.755,03	82.724.759,93	
Intangível	368.276,26	368.276,26	
Direitos de Uso	368.276,26	368.276,26	
(-) Depreciações e Amortizações Acumuladas	17.989.080,45	69.239.253,42	
(-) Depreciações Acumuladas	70.562.693,98	67.812.866,95	
(-) Amortizações Acumuladas	1.426.386,47	1.426.386,47	
PASSIVO	138.069.520,02	118.896.838,47	
Circulante	24.635.747,92	17.264.694,26	
Fornecedores	13.141.672,67	6.686.919,92	
Adiantamento de Cliente	-	388.200,00	
Fornecedores Diversos	13.141.672,67	6.298.719,92	
Empréstimos e Financiamentos	533.617,11	4.999.379,01	
Instituições Financeiras	533.617,11	4.799.379,01	
Outros Credores p/Empréstimos	-	200.000,00	
Obrigações Trabalh./Tributár.	5.517.657,00	3.327.158,03	
Folha de Pagamento	1.250.816,65	827.698,99	
Encargos Previdenciários	885.511,89	331.981,99	
Impostos e Contrib. a Recolher	3.381.328,46	2.167.477,05	
Outras Obrigações	5.353.981,05	2.251.237,30	
Adiantamentos	30.900,00	-	
Contas a Pagar	5.831.654,97	2.625.986,40	
Energia Electr./Água/Telecomunic.	-	6.228,06	
Juros/Encargos Financeiros a Pagar	178.502,15	573.991,60	
(-) Juros/Encargos a Transcorrer	88.820,14	954.968,76	
Imóveis a Pagar	88.820,14	-	
Imóveis a Pagar	88.820,14	-	
Não Circulante	18.013.839,68	16.104.454,30	
Exigível a Longo Prazo	14.458.541,76	11.478.178,74	
Instituições Financeiras	14.941.806,68	5.235.798,59	
(-) Juros / Encargos Financeiros a Apropriar	4.641.821,43	985.638,07	
Impostos e Contribuições	3.550.823,33	6.417.772,46	
Juros a Pagar	607.733,18	810.245,76	
Imóveis a Pagar	3.555.297,92	4.626.275,56	
Imóveis a Pagar	3.555.297,92	4.626.275,56	
Patrimônio Líquido	95.419.932,37	85.527.689,91	
Capital Social	81.633.879,00	31.700.000,00	
Capital Social Integralizado	81.633.879,00	31.700.000,00	
Lucros Acumulados	13.786.053,37	53.827.689,91	
Lucros Acumulados	13.786.053,37	53.827.689,91	

Demonstração de Fluxo de Caixa de 01/01/2023 até 31/12/2023	
Fluxo das Atividades Operacionais	
Lucro Líquido do Período	9.892.242,46
Depreciações	2.974.044,56
Clientes Diversos	23.728.854,93
Fornecedores Nacionais	(13.141.672,67)
Estoques	(6.760.868,58)
Salários a Pagar	(1.225.026,61)
Variáveis Cambiais Passivas	(113.206,92)
Imposto de Renda s/Lucro Real	(3.681.211,28)
Contrib. Social s/Lucro Real	(1.333.876,06)
Receitas de Venda de Imobilizado	(182.567,00)
Fluxo das Atividades de Investimento	10.156.712,83
Imobilizado	128.821.351,02
Fluxo das Atividades de Financiamento	128.821.351,02
Empréstimos e Financiamentos	533.617,11
Instituições Financeiras	14.941.806,68
Despesas Financeiras	(1.072.212,74)
Perdas Eventuais	(1.911.533,89)
Receitas Financeiras	2.842.747,35
Reversões e Recuperações	179.972,91
Juros/Encargos Financeiros a Pagar	(178.502,15)
(-) Juros/Encargos a Transcorrer	(687.076,07)
(-) Juros / Encargos Financeiros a Apropriar	(4.641.821,43)
Receitas Eventuais	1.423.242,08
Fluxo das Atividades de Financiamento	11.430.239,85
Variação das Disponibilidades	150.408.303,70
Disponibilidades	31/12/2022
Disponível	167.900,34
Disponibilidades	31/12/2023
Disponível	167.900,34

Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido 31/12/2023			
Fatos Contábeis	Realizado	Lucros ou Prejuízos	
		Capital	Total
Saldo Inicial	31.700.000,00	53.827.689,91	85.527.689,91
Mudança de Critérios Contábeis	-	(49.933.879,00)	(49.933.879,00)
Saldo Inicial Ajustado	31.700.000,00	3.893.810,91	35.593.810,91
Aumento de Capital	49.933.879,00	-	49.933.879,00
Resultado Líquido do Exercício em Curso	-	9.892.242,46	9.892.242,46
Proposta da Destinação do Lucro:			
Saldo Final	81.633.879,00	13.786.053,37	95.419.932,37

diferidos) são classificados como não circulantes. Todos os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos ou passivos não circulantes. **11 - IMOBILIZADO:** O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos, se satisfatórios os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, a Companhia reconhece tais componentes como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfatórios os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **12 - ATIVOS INTANGÍVEIS:** O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos, se satisfatórios os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, a Companhia reconhece tais componentes como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfatórios os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **13 - AJUSTE A VALOR PRESENTE:** Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões: - Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas. - Fornecedores: curto prazo para liquidação de todas as obrigações. - Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais. **14 - CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES:** As propriedades para investimento são registradas pelo método do valor justo. A variação verificada na adoção inicial foi contabilizada no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) em 31 de dezembro de 2010. Variações posteriores no valor justo destas propriedades para investimento vêm sendo registradas no resultado. **15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:** Registrados pelo valor do principal, acrescidos dos encargos financeiros proporcionais até a data do balanço. Os empréstimos denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio nas datas dos balanços. Os ganhos auferidos e as perdas incorridas em virtude desses contratos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras, respectivamente. **16 - COMPENSAÇÃO ENTRE CONTAS:** Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023
Carlos Monteiro de Oliveira - Presidente
CPF: 053.985.917-62
Wilson Rodrigues Felisberto - Contador
CRC-RJ 019677/O-5 - CPF: 110.082.887-72

NOTAS EXPLICATIVAS

01 - APRESENTAÇÃO DA EMPRESA: A empresa Novo Horizonte Jacarepaguá Imp. e Exp. S.A., constituída em 06 de setembro de 1994, tem sua sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na Avenida Brasil, nº 4.880, rua Onze, lote 95, Maré. Tem como atividades operacionais a fabricação de estruturas metálicas, manutenção de seus equipamentos e locação de contêineres e módulos. **02 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE:** As demonstrações contábeis, estão apresentadas com valores expressos em e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **03 - BASES DE APRESENTAÇÃO:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo

histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo contra o resultado do exercício. **04 - ESTIMATIVAS CONTÁBEIS:** A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **05 - MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia incluídas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em reais. **06 - TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA:** Na elaboração das demonstrações contábeis as transações em moeda estrangeira, quando existentes, são registradas de acordo com a taxa de câmbio vigente na data de cada transação. No final de cada período do relatório, estes itens monetários classificados em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. **07 - CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS A CURTO PRAZO:** Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata ou vencimento original em até três meses. Os demais investimentos, com vencimentos originais superiores a três meses, são reconhecidos a valor justo com movimentações pelo resultado e registrados em investimentos a curto prazo. **08 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PROVISÃO PARA LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, com base na experiência histórica de inadimplência. **09 - ESTOQUES:** Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, ajustados pelo efeito do ajuste a valor presente de fornecedores (compras a prazo), das bonificações recebidas de fornecedores, quando aplicável, que não excede o seu valor de realização líquido. **10 - CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS COMO CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES:** Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de liquidação no prazo de doze meses a partir da data do balanço são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO
A Rio's Capitalização S.A., por intermédio da presente publicação: **1. DECLARA** sua intenção de obter o cancelamento de sua autorização de funcionamento como sociedade de capitalização; e **2. ESCLARECE** que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais impugnações à presente declaração deverão ser comunicadas diretamente à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, na Avenida Presidente Vargas 730, 9º andar - Rio de Janeiro, no prazo máximo de quinze dias, contados da data desta publicação, por meio de documento em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que o(s) declarante(s) poderá(ão), na forma da legislação em vigor, ter direito a vista do respectivo processo. Denominação social: Rio's Capitalização S.A. Local e sede: Rua do Passeio nº 42, 6º pavimento, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.021-290. Objeto social: sociedade de capitalização controladora: Sul América Santa Cruz Participações S.A. (CNPJ nº 92.664.937/0001-80), controladora direta e titular de 100% do capital social, e Rede D'Or São Luiz S.A. (CNPJ nº 06.047.087/0001-39), controladora indireta final e titular indireta de 100% do capital social. Rio de Janeiro, 16 de abril de 2024.

VIACÃO ACARI S/A.
CNPJ: 33.197.120/0001-80.
CONVOCAÇÃO: Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em assembleia geral ordinária, conjuntamente, no dia **29/04/2024**, às 9:30 horas em 1ª convocação com a totalidade dos acionista, em nossa sede social na Rua Miguel Rangel, 493, Cascadura, RJ, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; b) destinação do resultado do exercício; c) eleição da diretoria e a fixação de seus honorários; d) assuntos gerais. Informamos que documentos a que se refere o art. 133 da lei 6404/76, encontram-se a disposição dos senhores acionistas na sede da sociedade. Rio Janeiro, 17 de Abril de 2024 - A Diretoria.

MASSAMBARÁ ENERGIA RENOVÁVEL S.A.
CNPJ 42.398.510/0001-09 - NIRE 33.211.412.659
Errata - Comunicado - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Na publicação do comunicado realizada na edição de 16/04/2024 neste jornal saiu com a seguinte incorreção: Onde se lê: "... ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, para R\$7501.000,00, dividido em 7.501.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal..." Leia-se: "... ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, para R\$7.500.100,00, dividido em 7.500.100 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal..."

GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ/MF nº 17.765.891/0001-70
NIRE 33.3.0030675-7 - Companhia Fechada
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2024 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os acionistas do GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A. ("Companhia"), na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, a comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 8 de maio de 2024, às 10 horas ("Assembleia"), na sede social da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo de Brito, nº 13, Botafogo, CEP 22.280-100, a fim de discutirem e deliberarem sobre: (i) a ratificação do *caput* do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, com a sua consequente consolidação e homologação; e (ii) a ratificação de todas as deliberações tomadas em Assembleias Gerais da Companhia realizadas no período entre 16 de fevereiro de 2024 e a data de realização da Assembleia. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia portando documento de identidade. Nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. A Administração da Companhia, adicionalmente, permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos e instruções adicionais que se façam necessários. Rio de Janeiro, 17 de abril de 2024. **Maria Eduarda de Arruda Falcão Vasconcellos** - Presidente do Conselho de Administração.

AUSTRAL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME 14.105.758/0001-07 / NIRE 33.3.0029883-5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024
Ficam os senhores acionistas da **AUSTRAL PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, sala 401, Leblon, CEP 22.431-002, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 14.105.758/0001-07, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) sob o NIRE 33.3.0029883-5 ("Companhia"), convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 9:00 horas, na sede da Companhia, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a aprovação das contas da administração, incluindo o relatório da administração, consubstanciado nas Demonstrações Financeiras, e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) a destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) a eleição ou reeleição, conforme o caso, dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024; e (v) a ratificação da alteração do jornal de grande circulação utilizado para publicações legais da Companhia, nos termos do art. 289, §3º da lei das S.A.. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da AGO, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da Sra. Daniella Matos (Jurídico) -

APOLO

APOLO TUBOS E EQUIPAMENTOS S/A

CNPJ Nº 33.017.088/0001-03

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas auditadas, incluindo o respectivo relatório dos auditores independentes, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
a) <https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal>

Balanco Patrimonial - Em milhares de reais - R\$

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Ativos									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	112.133	88.094	217.496	146.144					
Contas a receber de clientes	12.698	31.701	66.881	91.066					
Contas a receber - Partes relacionadas	13.223	40.402	-	-					
Estoques	42.459	57.580	116.662	142.153					
Tributos a recuperar	12.860	12.088	17.647	14.979					
Dividendos a receber	15.273	9.241	-	-					
Despesas antecipadas	506	139	824	654					
Outras contas a receber	520	406	4.250	2.255					
	209.672	239.651	423.760	397.251					
Não circulante									
Tributos a recuperar	6.863	6.171	78.008	85.242					
Depósitos judiciais	3.469	3.397	3.545	3.473					
Imposto de renda e contribuição social diferido	7.795	9.498	20.822	22.899					
Outras contas a receber	924	1.015	924	1.129					
	19.051	20.081	103.299	112.743					
Investimentos	242.154	197.201	-	-					
Imobilizado	15.759	17.240	123.170	129.177					
Direito de uso de arrendamento	7.651	10.202	7.886	10.602					
	284.615	244.724	234.355	252.522					
Total do ativo	494.287	484.375	658.115	649.773					

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Caixa líquido gerado nas operações	32.400	124.816	124.127	119.231
Atividades de investimentos				
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.114)	(1.510)	(3.209)	(15.796)
Atividades de financiamento				
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(7.247)	(60.021)	(49.566)	(15.985)
Aumento de caixa	24.039	63.285	71.352	87.450
Caixa e equivalentes no início do exercício	88.094	24.809	146.144	58.694
Caixa e equivalentes no final do exercício	112.133	88.094	217.496	146.144
	24.039	63.285	71.352	87.450

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais - R\$ (Exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades, em especial a fabricação de tubos para os mercados de construção civil e automobilístico, além de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. A Companhia é controlada pela Dexxos Participações S.A., Sobre a participação no capital da Apolo Tubular S.A. ("Apolo Tubulars") - A Apolo Tubulars é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Lorena/SP, que tem o objetivo de produzir tubos de aço para a condução de gases e fluidos para atender principalmente o segmento de petróleo e gás. A Companhia detém 100% do capital da Apolo Tubulars.

2. Políticas contábeis requeridas: 2.1 (a) **Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e autorização de emissão:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (frequentemente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário. Determinadas normas e interpretações contábeis foram emitidas pelo IASB, porém ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que estas normas gerem impacto material nas suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2024.

2.1 (b) **Base de mensuração e apresentação:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação de suas políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seus efeitos referem-se a: • Provisão para perdas esperadas com o contas a receber de clientes - Nota 2.2 (b); • Valor justo de ativos - Nota 2.3 (g); • Provisão para contingências - Nota 2.3 (e); 2.1 (c) **Consolidação:** As controladas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obtive o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle. As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes: - Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas; - Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas; - Destaque aos acionistas não-controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados. Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos da Controladora em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as investidas diretas mencionadas na nota 2.3 (g). 2.1 (d) **Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia. 2.1 (e) **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. 2.1 (f) **Classificação entre circulante e não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. 2.1 (g) **Instrumentos financeiros: Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso

normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária. A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída. 2.1 (h) **Outras contas a receber:** Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. 2.1 (i) **Estoques:** Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou obsolescência. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. A política para provisão de perdas com obsolescência segue os seguintes critérios: 2.1 (j) **Ativo Imobilizado:** Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra. Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Descrição	Vida Útil
Imóveis	10 a 20 anos
Máquinas / Instalações industriais	10 a 12 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. 2.1 (k) **Redução ao valor recuperável de ativos:** O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, haverá uma perda por desvalorização gerando com isto um ajuste no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. 2.1 (l) **Contas a pagar - Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.1 (m) **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 2.1 (n) **Provisões**

para contingências: Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão descritos na Nota 2.3.

2.1 (o) **Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. 2.1 (p) **Lucro líquido por ação:** Lucro líquido por ação é calculado com base no CPC 41/IAS 33. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício. O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. 2.1 (q) **Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. 2.1 (r) **Subvenções governamentais:** Subvenções e Assistenças Governamentais são retidos em conta apropriada do Patrimônio Líquido (Reserva de Incentivos Fiscais) após terem sido reconhecidos na Demonstração do Resultado. 2.1 (s) **Distribuição de dividendos:** A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Composição do Conselho de Administração
Presidente: Antônio Joaquim Peixoto de Castro Palhares
Vice-Presidente: Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares
Membro do Conselho: Carlos Alberto da Silva Lopes
Membro do Conselho: Alcides Moraes Filho
Membro do Conselho: Carlos Eduardo de Sá Baptista

Composição da Diretoria
Presidente: Rafael Alcides Raphael
Diretor Industrial: Igor de Oliveira Gomes
Diretor Jurídico: Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares

Contador
George Abi-Rihan Cordeiro
CRC-BA 013312/0-3 T-RJ - CPF nº 665.172.817-20

Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis.
O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), foi emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., em 22 de março de 2024, sem modificações. A integra das demonstrações contábeis da Companhia e do relatório dos auditores independentes encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos que estão informados nesta publicação resumida.

O melhor custo-benefício do mercado está no Diário Comercial.
Faça uma cotação e comprove.

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial
www.diariocomercial.com.br

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FD1D-99B6-92A5-A366> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FD1D-99B6-92A5-A366



Hash do Documento

DEC96DF4BF41951498598D9086B6F52A7E3DC5090DC5FC6DD5BE43BE831F421F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 16/04/2024 21:08
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

